

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS DA POLÍCIA MILITAR DO MARANHÃO

HUDSON SOEIRO MESQUITA

APARATO DE SEGURANÇA DO BOPE - PMMA: análise da necessidade de melhoria em relação as ocorrências de assalto a banco

São Luís
2020

HUDSON SOEIRO MESQUITA

APARATO DE SEGURANÇA DO BOPE - PMMA: análise da necessidade de melhoria em relação as ocorrências de assalto a banco

Monografia apresentada ao Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Maranhão em convênio com a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Segurança Pública.

Orientador: Coronel QOPM Nilson Marques de Jesus Ferreira

São Luís
2020

HUDSON SOEIRO MESQUITA

APARATO DE SEGURANÇA DO BOPE - PMMA: análise da necessidade de melhoria em relação as ocorrências de assalto a banco

Monografia apresentada ao Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Maranhão em convênio com a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Segurança Pública.

Aprovada em: ____ / ____ / 2020.

BANCA EXAMINADORA

Cel. QOPM Nilson Marques de Jesus Ferreira (Orientador)

1º Examinador(a)

2º Examinador(a)

AGRADECIMENTOS

À GADU por ter me concedido a oportunidade de ser filho dos melhores pais do mundo.

Aos meus pais que são meus mentores até hoje e o que há de melhor em minha vida.

A minha namorada Rafisa Carvalho que muito me ajudou durante todo o curso e me deu forças para ir até o final.

Ao meu orientador Cel. QOPM Nilson Marques de Jesus Ferreira por ter me proporcionado conhecer a madrugada como nunca tinha visto antes, eu a vi com os olhos vermelhos e cansados por estar fazendo este trabalho. Espero que tenha ficado a contento, mas o que me preocupava não eram as noites mal dormidas e sim o medo do fracasso.

Aos meus colegas de classe que contribuíram para o meu aprimoramento seja ele intelectual ou humano e me mostraram o real significado da palavra amizade.

À melhor equipe de trabalho, a equipe CDP.

Dedico esta monografia ao Grande Arquiteto
do Universo que me capacitou para tal feito.

“Aprendi a não tentar convencer ninguém. O trabalho de convencer é uma falta de respeito, é uma tentativa de colonização do outro”.

(José Saramago)

RESUMO

O presente trabalho tem o objetivo de demonstrar através de pesquisa exploratória o porquê da necessidade de melhoria do aparato de segurança do BOPE. Com a ascensão da criminalidade no estado do Maranhão faz-se premente a atualização dos materiais disponíveis para o combate aos assaltos a banco. Blindagem de viaturas e modernização dos armamentos são os fatores de maior relevância. A tropa especial é a que mais sofre com essa defasagem, pois é a que está diretamente ligada às ocorrências de grande vulto, como assaltos a banco que têm várias modalidades dentre as mais usuais são os arrombamentos, explosões e extorsão mediante sequestro. O trabalho não tem de forma alguma, exaurir e determinar quais armas ou medidas são necessárias para diminuição dos assaltos, mas sim, demonstrar que os materiais utilizados atualmente não suportam as investidas dos criminosos. Ele busca estudar formas de equiparar esse combate e superá-lo com o mínimo de perdas.

Palavras chaves. BOPE. Assaltos a banco. Blindagem. Armamentos.

ABSTRACT

The present work aims to demonstrate, through exploratory research, why there is a need to improve the BOPE security apparatus. With the rise of crime in the state of Maranhão, there is an urgent need to update the materials available to combat bank robberies. Armoring vehicles and modernizing armaments are the most relevant factors. The special troop is the one that suffers the most from this delay, as it is directly linked to major events, such as bank robberies that have various forms, the most common of which are break-ins, explosions and extortion through kidnapping. The work does not in any way have to determine which weapons or measures are necessary to reduce the assaults, but rather to demonstrate that with the materials currently used they do not support the attacks of criminals. He seeks to study ways to equate this combat and overcome it with minimal losses.

Keywords: BOPE. Bank robberies. Shielding. Armaments.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Evolução dos arrombamentos e explosões a caixas eletrônicos no Maranhão (2011-2017).....	16
Figura 2- Arrombamentos e explosões a caixas eletrônicos (2011-2017).....	17
Figura 3- Ataque a viatura por assaltantes de banco no interior do Estado	18
Figura 4- Primeiro Curso de Operações Especiais feito pelo Exército brasileiro.....	20
Figura 5- O BOPE do Rio de Janeiro	22
Figura 6- Estrutura do BOPE do Maranhão	27
Figura 7- Formação do Curso de Operações Especiais (COESP) Rio de Janeiro do ano de 2017	29
Figura 8- Treinamento de operações do COE.....	30
Figura 9- O treinamento especial que formou oficiais para integrar equipe de combate aéreo do Estado	32
Figura 10- Patrulha do Cosar na busca dos assaltantes de banco no interior do Estado	34
Figura 11- Partes importantes do carro a serem consideradas para a blindagem	37
Figura 12- Níveis de Blindagens	38
Figura 13- Exemplo de veículos blindados nas tropas especiais	41
Figura 14- Evolução dos fuzis AR-15	51
Figura 15- Fuzil M964 A1 (IMBEL) Reserva do BOPE.....	53
Figura 16- Fuzil RF-15 (RADICAL FIREARMS) Reserva do BOPE	53
Figura 17- Mikhail Kalashnikov e sua criação, o AK47.....	56
Figura 18- Fuzil de assalto russo AK 12.....	57
Figura 19- Carabina HK 416.....	58

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Resposta quanto ao tempo de atuação no BOPE	61
Gráfico 2- Resposta quanto a frequência de treino dos operadores do BOPE	62
Gráfico 3- Resposta quanto aos tipos de ocorrências em que o BOPE entra em ação	63
Gráfico 4- Resposta quanto a quantidade de cursados	64
Gráfico 5- Respostas quanto ao oferecimento de cursos operacionais pelo BOPE ..	65
Gráfico 6- Respostas quanto a capacidade de enfrentamento dos armamentos e equipamentos disponíveis	65
Gráfico 7- Respostas quanto qualidade do armamento da unidade.....	66
Gráfico 8- Resposta quanto a necessidade de aumento de efetivo e substituição de armamentos	67
Gráfico 9- Respostas quanto ao número de assaltos a banco enfrentados pelos colaboradores.....	68
Gráfico 10- Respostas quanto a falha do armamento em ocorrências.....	69
Gráfico 11- Respostas quanto ao medo de falha do armamento utilizado pela PMMA	70
Gráfico 12- Respostas quanto a confiança e segurança no caso de ter viaturas blindadas.....	71

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 ASSALTOS A BANCO	13
2.1 Modalidades de assalto a banco	13
2.2 Histórico dos assaltos a banco do Maranhão	15
3 TROPAS ESPECIAIS	19
3.1 História das tropas especiais	19
3.2 Surgimento do BOPE no Maranhão	24
3.3 Dos cursos operacionais	28
3.4 Cursos operacionais realizados no Maranhão – COSAR/CATE	31
4 EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA O ÊXITO DAS TROPAS ESPECIAIS EM OPERAÇÕES	35
4.1 Blindagem das viaturas	35
4.1.1 Quantos aos níveis.....	36
4.1.2 Regulamentação	39
4.1.3 Custo da implantação.....	40
4.2 Modernização dos armamentos	42
4.2.1 Legislação Protecionista.....	43
4.2.2 Monopólio dos fabricantes nacionais de armas.....	48
4.2.3 Armamentos de dotação do BOPE	49
4.2.4 Calibre ideal para o combate aos assaltos a banco	54
4.2.5 Armamento adotados por outras forças militares	55
5 METODOLOGIA	60
6 RESULTADOS E DISCUSSÃO	61
7 CONCLUSÃO	72
REFERÊNCIAS	73
APÊNDICE A- Questionário aplicado aos operadores do BOPE/MA	82

1 INTRODUÇÃO

No atual cenário, a segurança pública do Brasil tem se mostrado ineficiente perante aos criminosos uma vez que é habitual olhar jornais com reportagens que mostram o crescimento desordenado da criminalidade nos estados brasileiros. Contudo, o pilar da segurança pública pode ser concretizado pela implantação de políticas públicas adotadas pelo Estado em que incluem ações e reações contra a criminalidade.

É de conhecimento geral que, hodiernamente, assaltos a instituições bancárias tornaram-se um novo meio de atuação das organizações criminosas. A modalidade mais utilizada, ultimamente, são as explosões e arrombamentos a caixas eletrônicos nas grandes e pequenas cidades. No Maranhão, desde 2011, tem crescido esses casos nos interiores do Estado, todavia, as ações ocorrem formuladas por grupos fortemente equipados com armamentos superiores aos utilizados pelos policiais locais.

Diante deste cenário, é perceptível a necessidade de atuação de tropas especiais em combate a essa modalidade de assalto a bancos. Com o avanço da criminalidade e a utilização de armamento de uso restrito por parte dos criminosos, faz-se imprescindível saber como a melhoria do aparato de segurança do BOPE da PMMA pode influenciar na atuação dos policiais em ocorrências de assaltos a banco, principalmente, naquelas que envolvam reféns ao longo de todo o Estado.

O aparato de armamento existente, não é condizente com a realidade do dia a dia para combater esses grandes assaltos bancários. A polícia, é esta que está todos os dias nas ruas, tentando manobrar com as suas deficiências de formação, método, instrução, procedimentos, todas as suas ações. Por isso, faz-se necessário debater sobre a reforma desse modelo de formação, implementando assim, recursos financeiros para equipar com tecnologia de ponta, os armamentos, os veículos que fazem parte das atividades policiais militares.

A segurança pública do país tem passado por uma crise sem precedentes e, por isso, é notória a ascensão da criminalidade direcionadas a ataques a instituições financeiras no estado do Maranhão. Tal fato ratifica a audácia dos criminosos em confrontar as forças policiais que não possuem os meios mínimos necessários para salvaguardar suas vidas e a de terceiros, pois a troca de tiros constante entre executores das leis e delinquentes é a prova de que há a necessidade de investimento em

armamentos e blindagem de viaturas, no intuito de garantir a vida do policial e consequentemente a manutenção da ordem pública.

Com base nesse contexto o presente trabalho é de suma importância sob a ótica acadêmica uma vez que poderá ajudar no aprimoramento e destinação de recursos, ou na criação de legislações específicas destinadas a atuação das tropas especiais no combate aos ataques a bancos. A modalidade de assaltos a banco por explosão e arrombamento em que o emprego de violência e instalação do terror em cidades pequenas, tem sido a principal maneira dos criminosos garantir o sucesso nas suas operações ao renderem as forças de segurança pública dos municípios.

A necessidade de atuação de tropas mais especializadas, justifica-se na forma como as quadrilhas atuam, fortemente armadas, fechando as principais vias das cidades e atacando as bases locais das forças policiais. No Estado do Maranhão, em virtude do grande número de rotas, presente nos interiores, há uma enorme possibilidade de fuga por partes dos criminosos. Ademais, o reduzido efetivo permite reiteradas entradas e investidas dos assaltantes.

O “*modus operandi*” das quadrilhas é o que dá a ela vantagem perante as forças policiais, pois elas usam táticas e técnicas militares dificultando o revide pela polícia. A formação da quadrilha dá-se através da qualificação de cada um, há um explosivista que prepara a carga para explodir a agência; o engenheiro que calcula quanto de força é necessária para romper as paredes de concreto do cofre; os seguranças que encarregam-se de proteger a ação dos demais e sitiarem a cidade durante o assalto, ou seja, houve um aperfeiçoamento, uma seleção rigorosa para que se faça parte dessa corja.

A partir dessa realidade, o interesse em abordar este tema surgiu diante de observações e comparações com outros Estados que já dispõem de investimentos e cursos operacionais voltados para combater essas modalidades de assaltos a banco. Frente a essa realidade, acredita-se que é preciso conhecer a fundo os verdadeiros motivos que levam a ocorrência desses ataques aos bancos nos interiores do Estado, contribuindo assim, para adaptações às situações cotidianas que possam garantir a segurança da sociedade.

Por fim, acredita-se que os resultados dessa pesquisa contribuirão para a divulgação do conhecimento produzido sobre a referida temática que ainda é pouco

explorada no Brasil, em relação a especialização das tropas especiais e como elas podem contribuir para o combate dos assaltos a bancos nas regiões do Estado e até do país.

Assim, a segunda parte do referido estudo abordará sobre o histórico de assaltos a bancos no Estado do Maranhão, explicando as principais modalidades utilizadas pelos criminosos. Posteriormente, o terceiro capítulo apresentará a história das tropas especiais no Brasil, a sua implantação pelo Governo do Estado do Maranhão, e por fim, os cursos operacionais realizados pelo BOPE (Batalhão de Operações de Especiais), principalmente o COSAR (Curso de Operações em Áreas Rurais) que foi criado justamente para coibir essa modalidade criminosa.

O quarto capítulo esboçará quais os equipamentos necessários para o êxito das tropas especiais em operações de combate aos assaltos a banco, tais como modernização dos armamentos e blindagem de viaturas.

O quinto capítulo será voltado para os procedimentos metodológicos inerentes a pesquisa que a nortearão dentro dos parâmetros do método científico.

O sexto tratará da análise dos resultados e discussão do questionário aplicado aos operadores do BOPE. E por fim, o último capítulo que será a conclusão do que fora exposto com a pesquisa.

2 ASSALTOS A BANCOS

Neste capítulo serão apresentadas as principais considerações acerca da prática dos assaltos a instituições financeiras. Demonstrar-se-á as modalidades de assaltos mais recorrentes no Brasil, e a partir de tais explicações será possível identificar as modalidades mais utilizadas pelos criminosos que atuam contra as instituições bancárias nos interiores do Estado do Maranhão.

Em complemento a essa unidade, será feito um histórico desses assaltos predominantes no Maranhão, a partir de um levantamento estatístico, identificando a evolução dessa prática criminosa.

2.1 Modalidades de assaltos

É importante entender que assaltos a bancos passaram a ser um tipo de ação criminosa considerada bastante violenta devido aos seus diversos “modus operandis”. Hoje, já é possível identificar a forma de agir, a composição, o armamento e o caráter finalístico das quadrilhas praticantes desses eventos. Costa (2016, p. 1) ratifica isso ao dizer que “grupos criminosos devidamente organizados, que providenciam a logística da ação, arregimentam novos integrantes, e muitas vezes facilitam a corrupção de agentes do sistema de segurança e de justiça” são os autores que criam as oportunidades para tais acontecimentos.

Quando se trata de modalidades de assaltos a banco, inúmeros são os meios dos quais tal fato criminoso pode ser efetuado, entre os mais recorrentes estão: a extorsão mediante sequestro, o arrombamento e explosão. Diante disso, é inevitável que se reconheça que a extorsão mediante sequestro é uma das modalidades mais antigas, utilizadas por criminosos para atuar nos assaltos a instituições bancárias, relacionado ao sequestro de familiares ou de funcionários do banco.

O crime de extorsão mediante sequestro é aquele que a Polícia Federal tem atuado com mais frequência. Está se tornando muito comum os bandidos tomar como reféns os funcionários dos bancos, ou seus familiares, encarregados pela abertura dos cofres para forçá-los a entregar numerário disponível na agência. (TAVARES, 2012, p. 29).

Tal modalidade também é conhecida como “assalto no sapatinho” visto que os bandidos, na maioria das vezes, usam disfarces e fazem chantagens com os funcionários do banco com o objetivo de obter informações privilegiadas que possam

contribuir para a ação criminosa. Em relação a isso, Tavares (2012, p. 30) afirma que:

Os assaltos “no sapatinho” baseiam-se em abordagens discretas ou silenciosas. Nestes casos, as quadrilhas atuam por meio de investidas traiçoeiras ou disfarçadas, utilizando, inclusive, armas de menor volume como revólveres e pistolas. Ao invés de uma demonstração de força imediata e direta, apela-se para a “astúcia” e a “malandragem”.

Outra modalidade de assalto a essas instituições são os chamados ataques simultâneos as agências bancárias do interior, mais intituladas como assaltos bomba, no arrebento, e assalto na tora. No nordeste do Brasil, é denominada de “novo cangaço”, tendo em vista que esses assaltos dispõem de grande quantidade de homens, veículos, armamento bélico como fuzis, metralhadoras (TAVARES, 2012).

Tal modalidade consiste em atacar pequenas cidades com policiamento diminuto, conforme expressam Brito e Ferreira (2018, p.5):

O “Novo Cangaço” aterroriza o interior do Brasil. Motorizados, armados de fuzis e pistolas, os “cangaceiros” modernos sitiavam os municípios. A ação acontece sempre da mesma forma. Um grupo segue até o destacamento da Polícia Militar e crava de balas as paredes do prédio e as viaturas no local. Enquanto isso, outra parte da quadrilha explode a agência bancária.

Desta forma, quando se remete a estudar toda a trajetória formulada para a ocorrência de tais incidentes, percebe-se, na maioria das vezes, a formação de um grande empreendimento do qual, Aquino (2013, p. 245) explica que “assaltantes atuam como exímios homens de negócio: investem dinheiro na viabilização de roubos, elaboram complexos planos de fuga e abordagens dos alvos, calculam riscos, possibilidades de êxitos e falhas”.

Assim, grande parte desses eventos são noturnos, momento em que explosões e arrombamentos a cofres e caixas eletrônicos são os meios que possibilitam a retirada do dinheiro da agência bancária com mais facilidade. Costa (2016, p. 4) acrescenta dizendo que “nos eventos noturnos dessa modalidade delincente, as quadrilhas utilizam explosivos na destruição de cofres e caixas eletrônicos, acarretando, na maioria das vezes, a destruição total do prédio da agência bancária”.

Com base na magnitude das organizações especializadas nesses crimes, percebe-se que houve inúmeras mudanças ao longo do tempo, em relação a

implementação de novas técnicas e estratégias de ação. Essas duas categorias são as mais recorrentes recentemente, principalmente nos interiores dos Estados visto que há localidades que dispõem de diversas rotas de fuga o que conseqüentemente dificulta a busca por parte das forças policiais.

2.2 Histórico dos assaltos a banco do Maranhão

Os assaltos a instituições bancárias estão entre os casos de maior repercussão midiática em virtude do alto grau de organização das quadrilhas especializadas na área. Guedes e Aguiar (2007 *apud* TAVARES, 2012, p. 26) pesquisaram a origem e a evolução das quadrilhas de roubo a banco do Nordeste brasileiro. Em seu estudo, os autores concluíram que o fenômeno do cangaço, em razão de toda sua história conjuntural e estrutural da época, foi uma das causas da origem das quadrilhas de assaltantes de bancos da atualidade. Isso se remete a meados do século XX, época em que as questões sociais e fundiárias do Nordeste do Brasil, levaram ao surgimento de um poder paralelo de enfrentamento através da prática de crimes diversos, principalmente sobre os mais ricos (SODRÉ, 2018).

Na atualidade, conforme citado acima, as atuações criminosas caracterizam-se pela ação de grupos fortemente armados e instruídos. A partir disso, o estudo sobre a violência no Brasil ganhou maior importância em decorrência do aumento do número de ocorrências criminosas, o que orienta certa prioridade do planejamento de ações e políticas públicas acerca do tema segurança pública (COSTA, 2016).

No Maranhão, os assaltos as instituições financeiras, ultrapassam as entranhas do Estado e até do país. A grande maioria das quadrilhas são formadas por um grande número de pessoas que atuam sob uma modalidade específica de assaltos a banco, mais denominadas por arrombamentos e explosões a caixas eletrônico das agências bancárias, concentradas, principalmente, nos interiores do estado. Na análise de Sodré (2018, p.1):

Geralmente a atuação dos criminosos é marcada pela tomada de poder, a partir do boqueio de vias, com a rendição das forças de segurança públicas e privadas e com a utilização de reféns para da facilidade nas fugas. Dependendo das condições, em que pese principalmente o efetivo de segurança, os grupos realizam arrombamentos ou explosões dos caixas eletrônicos.

A vulnerabilidade do Estado devido a sua extensão, associado ao pouco efetivo das forças de segurança pública nos interiores, são motivos para o sucesso das ações criminosas. De acordo com os dados do Sindicato dos Bancários do Maranhão, em sete anos foram registrados mais de 280 casos de arrombamentos e explosões a caixas eletrônicos no estado, o que representa uma média de mais de 40 casos anuais (SODRÉ, 2018). Ainda, de acordo, com SEEB-MA, desde 2011 é realizado mensalmente um levantamento dessas informações por todo o Estado.

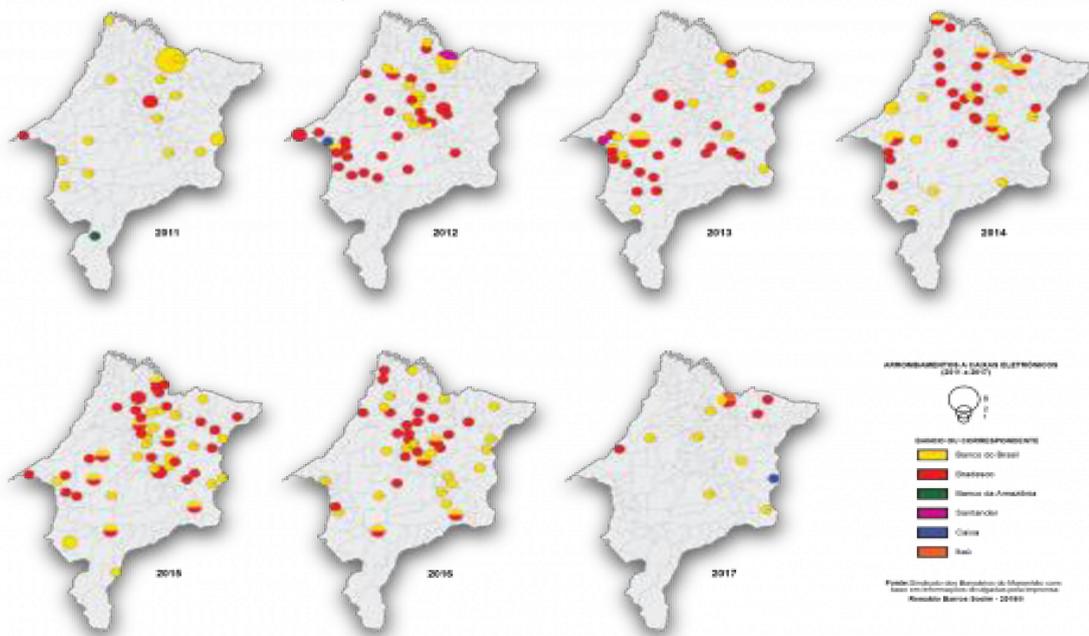
Figura 2- Evolução dos arrombamentos e explosões a caixas eletrônicos no Maranhão (2011-2017)



Fonte: SODRÉ, 2018, p. 2.

No que diz respeito a evolução desses assaltos no Maranhão, há relevantes registros, desde 2011 por quase toda a área espacial maranhense. Os interiores do Estado são as localidades de maior incidência desses ataques tendo por alvo agências bancárias distintas. Desse modo, é possível perceber que o ano de 2015 as ações das quadrilhas especializadas atingiram 61 casos, todavia, a partir do mesmo ano até meados de 2017, houve uma diminuição nos registros em comparação com os anos anteriores.

Figura 2- Arrombamentos e explosões a caixas eletrônicos (2011-2017)



Fonte: SODRÉ, 2018, p. 3.

Segundo Sodré (2018, p.2):

Dos 217 municípios maranhenses, foram contabilizados arrombamentos e/ou explosões de caixas eletrônicas em 134, o que representa 62% da totalidade dos municípios. A espacialização mostra uma distribuição em todas as regiões do estado, com concentração na região central até a capital, São Luís, e também na Região Tocantina.

Os dois casos mais famosos em que houve a ação do “novo cangaço” na região maranhense, ocorreu no ano de 2018. O primeiro em São Luís Gonzaga, localizada a 251 km da capital, em que bandidos fortemente armados atingiram com vários tiros uma viatura da Polícia Militar e posteriormente explodiram a agência bancária da região.

Já o segundo, de maior proporção ocorreu na cidade de Bacabal, o qual foi subtraído um valor estimado de mais ou menos 100 milhões de reais de acordo com análise da Polícia Civil do Estado, além de ter sido coordenado fora do Brasil, conforme dados da Secretaria de Segurança Pública do Estado (G1 MA, 2018).

Esse assalto contou com aproximadamente 30 homens, e com uma rede de informações estratégicas que visava o sucesso do empreendimento, primeiramente, por atacarem as forças policiais, uma vez que muitas cidades maranhenses contam com efetivo policial desproporcional ao tamanho de sua

população e com armamentos inferiores aos das quadrilhas especializadas (SODRÉ, 2018). E por terem aterrorizado os moradores da cidade ao queimarem veículos e fecharem rotas de passagem estratégicas.

Figura 3- Ataque a viatura por assaltantes de banco no interior do Estado



Fonte: ARAÚJO, 2018.

Vislumbra-se demonstrar que para coibir o aumento dessas ações especializadas, desde 2016, o Governo do Maranhão, investiu na criação do COSAR (Curso de Operações em Áreas Rurais), mas apesar disso, houve em média 21 explosões, de acordo com o Sindicato dos Bancários do Estado.

Portanto, ainda são significativos os números de ataques a instituições financeiras ao longo de todo o Estado. Com isso, faz-se necessário abordar sobre a atuação das tropas especiais na tentativa de redução dessa atual conjuntura.

3 TROPAS ESPECIAIS

As tropas especiais são forças pertencentes a Polícia Militar consideradas para atuarem em situações de extrema periculosidade, o que só é possível graças ao intenso treinamento físico e psicológico dos quais esses policiais passam. Tais forças agem quando o combate à criminalidade está além das forças de segurança pública convencionais.

Diante disso, o presente capítulo abordará sobre a história das tropas especiais em seu contexto geral, levando em conta o primeiro curso efetuado no Brasil, além de abordar sobre o surgimento dessas tropas no Estado do Maranhão, os cursos operacionais oferecidos no Brasil e no Maranhão, levando em conta informações extraídas de fontes bibliográficas, documentais e através de coleta de dados em campo realizada com o comando da base do BOPE no Maranhão.

3.1 A história das Tropas Especiais

Desde os tempos passados ouve-se falar em tropas especiais, o pioneiro das tropas especiais foi Gideão conforme mostra o livro bíblico Juízes que em 1245 a.c., enganou os oponentes e os venceu. No livro a Arte da Guerra de Sun Tzu, também já se fala em forças especiais. Segundo Denécé (2009, p. 234) “o conjunto das ações que um efetivo reduzido, engajado secretamente por um período que pode chegar a muitas semanas, é levado a realizar para obter resultados estratégicos decisivos em contexto hostil” é a definição de operação especial.

Técnicas de ataques formuladas por pequenos grupos dos quais foram preparados para atuar em situações específicas já eram utilizadas no século passado. Contudo, foi com a evolução de guerras e aperfeiçoamento das armas que os exércitos buscaram investir em treinamentos especializados. Em 1945, durante a Segunda Guerra Mundial, militares alemães inovaram ao utilizarem técnicas de guerrilhas que esses grupos ficaram conhecidos mundialmente (MISSEL; GOMES JUNIOR, 2018).

O efeito surpresa permitiu aos atacantes contar com preciosos minutos: num primeiro momento, apenas quatro metralhadoras de defesa antiaérea abriram fogo. Sob os disparos, um dos planadores mergulhou diretamente sobre uma dessas armas – o que permitiu aos paraquedistas atacá-la, o aparelho ainda abateu uma segunda metralhadora com a sua asa. Rapidamente, as cargas ocultas reduziram as casamatas blindadas ao silêncio. De resto, foi tudo mais fácil do que parecia: algumas torres eram falsas. Em menos de 15 minutos, 60 paraquedistas dominaram uma fortaleza defendida por mil combatentes. (DENÉCÉ, 2009, p. 30).

Historicamente, inúmeros países investiram na criação de grupos com finalidades militares específicas. No Brasil, o primeiro Curso de Operações Especiais foi oferecido pelo Exército brasileiro no ano de 1957. Segundo Dunnigan (2008, p. 19):

Planejado e conduzido por uma equipe de instrutores e monitores do então curso de Precursor, no Centro de Instrução Especial do então Núcleo da Divisão Aeroterrestre. Este curso, concluído em meados de 1958, com a formação de 16 militares, viria a se tornar o embrião dos futuros Cursos de Ações de Comandos, Forças Especiais e Operações na selva, além de influenciar significativamente o futuro preparo de nossas unidades nos ambientes operacionais de montanha, caatinga e pantanal.

Figura 4- Primeiro Curso de Operações Especiais feito pelo Exército brasileiro



Fonte: CIOPESP, 2017.

No âmbito das forças policiais, a importância no que se diz respeito a tropas especiais nas polícias militares, surgiu devido o crescente cenário de violência urbana que assola as cidades brasileiras. Para combater organizações criminosas altamente especializadas, foi preciso investir na criação das tropas especiais que se diferenciassse da polícia convencional por possuírem um nível técnico mais apurado em técnicas de batalha e preparação física e mental especial. O preparo físico diferenciado é um dos principais aliados do aluno durante o seu treinamento composto por privação de sono, da fome e dos longos treinamentos com vários momentos de terror. Desse modo, Jorge (2012, p.103) cita que:

A particularidade mais característica das forças especiais é intervir em número muito reduzido. Assim, a expressão “coeficiente de força” é adequada às forças especiais: elas combatem com pequenos efetivos, contra um adversário numericamente muito superior. As forças especiais usam a astúcia objetivando a exploração dos pontos fracos do inimigo para disso extrair uma vantagem decisiva. É exatamente a equipe reduzida que, por causa de seu alto nível de preparo, treinamento e da qualidade dos equipamentos utilizados, garante a relação custo/eficácia característica das unidades de forças especiais.

A cidade brasileira do Rio de Janeiro, na década de 70, foi a primeira a instituir um Batalhão de Operações Policiais Especiais – BOPE em sua seara. Foi criado, mais precisamente, em 1978, após ganhar força a ideia de que a polícia militar necessitava de um grupo especial para atuar em situações de crise, uma vez que a cidade passava por um evolução do crime organizado que se instaurou nas favelas, aterrorizando os moradores e a população em geral.

Foi, todavia, nos primeiros quatro anos da década de noventa que a cidade viu recrudescer o crime e a violência. Fortemente armados com fuzis, metralhadoras e até lança-granadas, os bandidos passaram ao ataque. Policiais foram mortos em emboscadas à luz do dia; delegacias invadidas por grupos fortemente armados tendo como consequências agentes da lei fuzilados e presos resgatados. A população das favelas e das áreas imediatas passou a receber ordens dos criminosos, que limitaram horário de trânsito e infligiram o pagamento de pedágios. Constituíram-se zonas liberadas onde a polícia tinha dificuldades para “entrar”, e estas eram contadas em número expressivo. (PINHEIRO NETO, 2013, p. 13-14).

O histórico de formação do BOPE demonstra sua gênese em 1978, como Núcleo da Companhia de Operações Especiais (NuCOE). Os integrantes eram policiais voluntários que detinham de integridade moral comprovada. Em 1982, esse núcleo mudou de designação e passou a ser conhecida como COE (Companhia de Operações Especiais), o qual funcionava nas instalações do Batalhão do Choque (BPChq). Depois de seis anos a COE transformou-se em uma Companhia Independente de Operações Especiais e se manteve até 1991, e a partir disso tornou-se o Batalhão de Operações Especiais (BOPE) conhecida até os dias atuais (PACHECO, 2013).

Figura 5 – O BOPE do Rio de Janeiro



Fonte: FRAZÃO, 2013.

Logo, o BOPE teve suas origens dentro da Polícia Militar do Estado de Rio de Janeiro (PMERJ), com sua composição formada por policiais selecionados através de cursos operacionais. Desse modo, percebe-se que tal associação não é uma polícia totalmente autônoma, e é subordinada ao Estado maior da PMERJ. Os componentes das Tropas Especiais eram policiais já inseridos na polícia mais que só são efetivados nesse quadro especial após uma série de treinamentos e formação.

Segundo Pacheco (2013, p.126):

O membro do BOPE não se vê nem é visto como policial militar, porque foi separado dos demais através de um treinamento que o tornou diferente. Há uma fronteira entre ele e os demais policiais, que se dá pelo que a tropa de elite não seria: os demais componentes da Polícia Militar são inaptos; o BOPE é o “melhor no que faz”; o restante dos policiais é corrupto; o membro da tropa de elite é incorruptível.

A partir disso, o que os tornam distintos da polícia convencional é sua identidade enquanto parte de um grupo especial elitizado (PACHECO, 2013). Foi diante disso, que surgiu o vocábulo “caveiras” (identificação dos membros do BOPE) que são reconhecidos pela sua capacidade de assumir responsabilidades, vencer desafios e ir além de certos limites. Isso só é possível pela percepção que eles têm, no que se refere à formação de uma equipe de alto desempenho, a forma de

treinamento e o comando que o líder tem sob seus subordinados (TRINDADE; MOURA NUNES, 2011).

A unidade especial alvo desse estudo, possui um rígido mecanismo de seleção, pois, para adentrar nas fileiras desse grupo de elite é necessário primeiro ser aprovado em um dos cursos ministrados pela unidade de comando. Não é levado em conta apenas o preparo físico, a boa técnica e o bom caráter, pois, além de tudo isso, é necessário que os indivíduos selecionados possam apresentar as pré-condições necessárias de um combatente: coragem, equilíbrio emocional, constância e força de vontade (ZANINI *et al.*, 2013).

Trindade e Moura Nunes (2011), ainda afirma que de acordo com o ex-capitão do BOPE, Paulo Storani, para ser um “caveira” é preciso de três pressupostos essenciais: seleção rígida, treinamento e controle de desempenho. O símbolo da “caveira” representa a morte, todavia, o punhal fincado nela muda todo o seu significado. Desse modo, segundo Trindade e Moura Nunes (2011, p. 6):

[...] o símbolo traduz superação da morte. Para enfrentar situações difíceis e perigosas, precisa desenvolver em seus homens a superação sobre o medo da morte. Nesse sentido, o medo se apresenta como ferramenta principal de planejamento de práticas policiais repressoras. O “caveira” é reconhecido pela sua capacidade de assumir responsabilidades, vencer desafios e ir além do resultado, possui normas de conduta e sempre é incentivado a superações dos limites.

Sobre o assunto, Zanini *et al.* (2013, p. 1) também aborda cita que:

A faca simboliza o caráter de quem faz da ousadia sua conduta; representa também o sigilo da missão. É o mais perfeito instrumento de combate que o homem já desenvolveu; basta observar que a forma básica da faca não foi alterada em milênios.

O crânio simboliza a inteligência e o conhecimento, mas também a morte. A faca nele cravada, historicamente na concepção do BOPE, significa “Vitória sobre a morte”.

Com a implantação do BOPE no Rio de Janeiro, as demais cidades brasileiras que precisavam de reforço no aparato da segurança pública dos seus Estados, começaram a implantar também um Batalhão de Operações Especiais nas Polícias Militares de suas localidades, tendo as Tropas Especiais do Rio de Janeiro como referência, uma vez que é conhecida por diversos sinônimos por todo o Brasil e pelo mundo, tais como: forças especiais, tropa de elite, etc. Segundo Pinheiro Neto (2013, p.19):

As formas de atuação do BOPE, um misto de operações ofensivas, defensivas e de manutenção de estabilidade, conduzidas por múltiplas linhas de operação, ora mais voltada para o contato com a população, ora voltada para o confronto, parece encontrar nos profissionais daquele grupo as características adequadas para essa multiplicidade de missões – como flexibilidade, adaptabilidade, iniciativa. Parece também ser da essência daquela unidade de operações especiais o perfil de soldado independente, mais proativo, lançado antes do resto da tropa no terreno, para ganhar a confiança dos moradores, fazendo com que eles apoiem o trabalho das autoridades e as auxiliem com informações para o combate aos criminosos.

Consoante a isso, atualmente das 27 unidades federativas brasileiras, grande parte possui algum batalhão de forças especiais que entram em ação quando algo sai do controle das tropas convencionais ou quando é necessário o uso de pessoas mais preparadas para atuarem em determinados casos. Desse modo, cursos operacionais de grande renome são oferecidos nas bases desses centros para melhor preparar os policiais para suas ações operacionais.

3.2 Surgimento do BOPE no Maranhão

A história do Batalhão de Operações Especiais no Estado do Maranhão inicia-se precisamente em agosto de 2017, por uma iniciativa do Governo do Estado, que procurava desarticular o complexo de criminalidade que aumentava no Estado. O batalhão seria a força de intervenção representante do Estado para atuar em situações críticas, visto que seria a chamada reserva tática de pronto emprego da corporação.

O efetivo de sua formação é voluntário e formado por policiais de elevado preparo técnico, tático e psicológico. No início de sua criação, foi colocado às ruas para fazer rondas em áreas determinadas, dando apoio às rondas diárias da polícia convencional, além de abordar veículos e pessoas suspeitas, apreendendo armas, drogas e suspeitos integrantes das grandes facções criminosas (ANDRADE, 2017).

Desde 2013 já havia policiais que faziam cursos no Estado e fora do Maranhão, dos quais só estavam esperando a implantação do Batalhão de Operações Especiais que ainda viria a ser criado. De acordo com o jornal O Estado (2014) o curso de formação desses policiais no Maranhão para o batalhão que ainda viria a ser criado, ocorria sob a coordenação do Comando de Policiamento Especializado (CPE) que tinham por objetivo colocar os policiais por 20 dias enfrentando condições extremas, dormindo poucas horas e com cargas de atividade física levadas ao limite.

Eles também aprenderão técnicas especiais de combate e de sobrevivência para proporcioná-los uma boa qualificação técnica e levar profissionais qualificados para o combate em ações especiais, tais como rebeliões e desordens urbanas, combate e investigação do crime organizado, entre outras. A programação inclui treinamentos com técnicas atualizadas para o combate a sequestro-relâmpago, assalto a banco, rebeliões em unidades prisionais, distúrbios civis, entre outros crimes que exigem dos policiais melhores técnicas combativas. Os alunos receberão noções de abordagem, patrulhamento urbano e rural, tiro tático, defesa pessoal, gerenciamento de crise, combate em recinto fechado, direitos humanos, operações de choques, entre outros temas. (O ESTADO, 2014, p.1).

Na época de sua fundação, o Batalhão foi uma proposta do então comandante-geral da época, Coronel Zanoni Porto, porém, somente em 2017 com a Lei 10.669/17 sancionada pelo então Governador Flávio Dino que sua criação foi efetivada. Conforme a referida lei:

Art. 1º Ficam criados na estrutura da Polícia Militar os seguintes órgãos:
I - Batalhão de Operações Especiais (BOPE) Cap PM Daniel Nunes Esteves, com sede no Município de São Luís/MA;
Parágrafo único. O cargo de comandante do Batalhão de Operações Especiais (BOPE) será exercido por Coronel QOPM. (MARANHÃO, 2017ª, p. 1).

A criação do BOPE surgiu em um momento que o Estado passava por um momento de instabilidade quanto a segurança pública. O importante seria combater o tráfico de drogas e desarticular os líderes de organizações criminosas presentes no Estado, dentre as quais o Bonde dos 40 e o Primeiro Comando do Maranhão (PCM). Além disso, os crimes nos interiores do Maranhão cresciam, principalmente o de assaltos as instituições bancárias, os quais eram premeditados por organizações criminosas especializadas advindas até de outros Estados e até de fora do país.

Com o passar do tempo, e com a instalação do batalhão das tropas especiais do Maranhão, os policiais que compõem essa força precisam ser voluntários e todos cursados, para que possam saber contornar situações de extrema periculosidade. Assim, desde a sua criação, o batalhão possui sede em São Luís com duas companhias também sediadas na capital, sendo uma delas o Comando de Operações Especiais (COE) com o efetivo estimado de 85 policiais Já a segunda companhia é a ROTAM (Ronda Ostensiva Tática Móvel) que dispõe de 127 policiais. Está última unidade funcionava como um batalhão, no entanto após a edição da Lei nº 10.669/17 passou a ser subordinada diretamente ao BOPE (FERREIRA, 2020).

Ainda, de acordo com o Coronel da Polícia Militar do Maranhão Nilson Ferreira (2020) há também Grupos Operacionais Especiais (GOE) que estão sob o comando do comandante do BOPE. Esses grupos são uma espécie de tropas especializadas que atuam como um substituto do BOPE, é a primeira equipe a dar o combate em ocorrências de grande vulto. Elas são compostas também por maioria de policiais cursados, que por opção atuam no interior do Maranhão. Os Grupos de Operações Especiais estão em seis batalhões do interior do estado sendo eles, Pinheiro, Caxias, Balsas, Barra do Corda, Imperatriz e Timon.

Geralmente, os comandantes de batalhão no interior, fazem uma seleção dos policiais mais capacitados para comporem o GOE e constituírem a sua melhor tropa. Após a portaria 035/2019 emitida pelo Comando Geral os GOEs estão sob a direção do Coronel Comandante do BOPE.

Portaria nº 035/2019 -GCG

O COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art.6º, da Lei nº 4570, de 14/07/1984, e;

Considerando a necessidade de regulamentar a atuação dos Grupos de Operações Especiais (GOE) do Estado.

Resolve

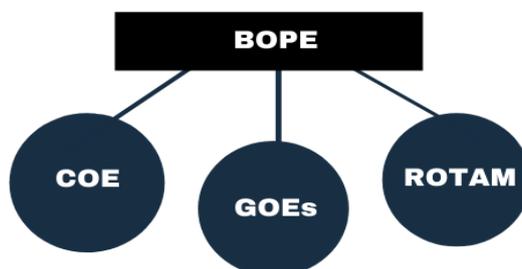
Art.1º - Determinar que os Grupos de Operações Especiais (GOE) passem a ter subordinação operacional e doutrinária ao Comando do Batalhão de Operações Especiais (BOPE);

Art. 2º - As demandas administrativas como alimentação, instalações físicas, manutenção de viaturas e outras continuam a cargo das Unidades de origem;

Art. 3º - O emprego destes Grupos para atividades distintas das determinadas pelo comando do BOPE, deverão ser tratadas com o mesmo, excetuando-se casos extraordinários como ocorrências de vulto que requerem ações de intervenção imediata. (MARANHÃO, 2019, p. 6, grifo nosso).

Figura 6 - Estrutura do BOPE do Maranhão

Organograma do Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar do Maranhão



Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

Ao longo do tempo, o BOPE passou por mudanças quanto ao modo de atuação em relações as ocorrências que essa tropa combate, inclusive quanto ao seu “modus operandis” uma vez que os criminosos são altamente especializados e possuem grande poderio bélico. Hoje, no Estado, os principais óbices que esse batalhão enfrenta, segundo Ferreira (2020, p.1) são:

Assaltos a banco que desde 2014 cresceu de forma exponencial ao ponto de se criar em 2016 o COSAR. Além de ocorrências envolvendo reféns em que se faz necessário o uso do tiro de comprometimento, todavia, há a escassez de munição para o treinamento desta modalidade de tiro. Ademais, as ações CQB (Combate em ambiente confinado) é de suma importância para o sucesso no adentramento em locais fechados em que os perpetradores fazem civis inocentes. Por fim, a manipulação de explosivos é o ponto nevrálgico quando se trata de assaltos a banco, visto que a PMMA não dispõe de materiais de proteção para o manipulador de explosivos, e o uso de explosivos é uma constância nessa modalidade de assaltos, principalmente a instituições bancárias.

Apesar de ter sua sede somente na capital, sua área de atuação é em todo o Estado do Maranhão. Quando há ocorrências em que a polícia convencional não consegue solucionar o BOPE é acionado mesmo nos confins do Estado. A maioria dos incidentes acontecem nos interiores, o que dificulta a chegada do BOPE em tempo hábil, devido o deslocamento das tropas da capital até os interiores, uma vez que não há batalhões e companhias das tropas especiais nos municípios.

A grande problemática é que por não haver esses policiais especializados nos municípios, as organizações criminosas atuam normalmente nesses locais, não só pela escassez de policiais, mais pela facilidade de fecharem as cidades e

montarem rotas de fugas (SODRÉ, 2018). Entretanto, apesar das adversidades, o BOPE desloca um efetivo sempre que tais municípios tão enfrentando casos de extrema periculosidade, o que demonstra a especificidade e eficiência desses policiais com treinamentos fortemente estratégicos para essas situações de extremo caos.

3.3 Dos cursos operacionais realizados no Brasil

Para ingressar na corporação das tropas especiais, primeiramente, é importante passar pelos cursos operacionais oferecidos pela instituição. Vários Estados brasileiros oferecem esses cursos, dos quais policiais advindos de outras capitais podem fazer e retornarem para sua localidade possuindo um curso de renome para adentrar nas fileiras das tropas especiais de sua região. O Estado do Rio de Janeiro, por ser o primeiro a instituir o BOPE nas suas tropas, oferece dois cursos que podem ser feitos por policiais de todo Brasil que pretendem um dia fazer parte de uma tropa especial. Um desses cursos é o Curso de Ações Táticas (CAT), o outro é o Curso de Operações Especiais (COESP).

O COESP tem por objetivo principal habilitar oficiais e praças para executar missões especiais, bem como a manutenção do estado físico, e atualização de conhecimentos especializados com ênfase em treinamento em ações de áreas urbanas e rurais. No Estado do Rio de Janeiro, o curso acontece em um período de 14 a 18 semanas com uma carga horária sendo uma das mais completas do país e o mais difícil dentre os cursos oferecidos no território nacional (PINHEIRO NETO, 2013).

Segundo Pinheiro Neto (2013, p. 31):

O COEsp tem duração de catorze semanas é realizado em período integral, sendo ministrado, aplicado e desenvolvido pelo Batalhão de Operações Policiais Especiais e seu funcionamento ocorre na própria Unidade e em Bases de Instrução destacadas por todo território do Estado do Rio de Janeiro. São alguns componentes curriculares do Curso de Operações Especiais: Instrução Tática Individual, Vida na Selva, Operações em Altura, Treinamento Físico Específico, Combate Corpo a Corpo, Técnicas Especiais de Tiro, Combate Policial em Áreas de Alto Risco, Combate em Ambientes Confinados, Resgate de Reféns, Gerenciamento de Crises, Explosivos e Demolições entre outras.

Sobre o Curso de Operações Especiais, Werneck (2017, p. 21) ainda explica que:

[...] é composto de módulos como sobrevivência, curso de montanha, mergulho, paraquedismo, armamento, tiro de precisão, defesa pessoal, primeiros socorros, patrulhamento rural, ainda que o seu foco principal seja o patrulhamento urbano. Durante o curso, os alunos são submetidos a longas travessias, afogamentos, privação de comida e sono, surras e outras situações extenuantes com a finalidade de aprender a controlar melhor sua agressividade.

Figura 7- Formação do Curso de Operações Especiais (COESP) Rio de Janeiro do ano de 2017



Fonte: RIO DE JANEIRO. Polícia Militar do Estado, 2017.

No que tange ao outro curso, o CAT é um curso menos extenso que o COESP, além de possuir um melhor percentual de aprovação devido sua maior facilidade nos treinamentos é direcionado para o patrulhamento urbano. De acordo com Pinheiro Neto (2013, p. 32):

O Curso de Ações Táticas (CAT) tem duração de cinco semanas e tem por objetivo treinar policiais militares, cabos e soldados, para a execução de missões que venham a exigir preparo técnico, físico e psicológico, com vistas à atuação dirigida e a execução intensiva de sessões práticas que proporcionem um perfeito conhecimento e um acentuado adestramento com ênfase aos treinamentos visando ações de resgate de reféns e combate ao crime em áreas urbanas. É ministrado, desenvolvido e funciona nas dependências do Batalhão de Operações Policiais Especiais.

Os dois renomados cursos acima mencionados são as portas de entrada para quem um dia sonha em ingressar no BOPE, além de obterem prestígio e reconhecimento pelo êxito de finalização desses cursos (WERNECK, 2017). É de

extrema importância ressaltar que quem detém do título de ter formação do COESP possui um maior reconhecimento em relação a quem possui só a formação do CAT. Logo, quem dispõe de um desses cursos detém de superioridade em relação aos policiais que não possuem essa formação.

Porém, é comum que estes policiais busquem realizar o COEsp, o mesmo ocorrendo com os possuidores do Curso de Ações Táticas, pois concluir o COEsp é estar no topo da hierarquia de valores de um sistema onde prevalece o ethos guerreiro. Nas palavras de um ex-aluno do COEsp, “é ser reconhecido pelos demais, é se tornar referência”. (PINHEIRO NETO, 2013, p. 32).

Outros Estados também possuem esses cursos para ingresso em tropas especiais, dentre esses pode-se dizer que o Estado de São Paulo também é bastante requisitado pelos policiais do Brasil. O curso de elite que mais se destaca nesse Estado é o GATE (Grupo de Operações Táticas Especiais) e o COE (Comando e Operações Especiais). Este é direcionado para atuar em situações de risco, de crise, cuja complexidade exigem, treinamentos, equipamentos e procedimentos diferenciados, atuando em captura de criminosos em áreas rurais, matas e serras, além do resgate de pessoas em áreas de difícil acesso (JALONETSKY, 2018). O grande destaque do COE no Estado de São Paulo é justamente por esse curso se destacar tanto em áreas urbanas quanto rurais.

Figura 8- Treinamento de operações do COE



Fonte: AMBAR, 2018.

O COE é um grupo de elite da PMESP, o qual disponibiliza seus cursos dentro da sua própria base que dura em média 45 dias. Já, o GATE, dura em média

6 semanas e é direcionada para o resgate de reféns, rebeliões em perigo, operações antissequestro e antibomba. Seu treinamento está diretamente ligado com invasões táticas, tiro de precisão (snipers), e técnicas de negociação com criminosos (FOLHA DIRIGIDA, 2017).

É a partir dos cursos operacionais disponibilizados em diversos Estados que policiais militares podem ser especializar para poderem ingressar nas tropas especiais dos seus respectivos Estados. São múltiplas as áreas de qualificações que esses cursos abordam, por isso requerem de ampla especialização e treinamentos pesados e específicos.

3.4 Cursos operacionais realizados no Maranhão

O Estado do Maranhão já apresentava no seu quadro de combatentes, policiais militares cursados antes mesmo da criação do Batalhão de Operações Especiais existente nos dias atuais. A grande maioria dos cursados, fizeram esses cursos em outras capitais, principalmente Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Contudo já havia cursos ofertados no Maranhão, e um deles era o Curso de Operações Aéreas (COA) realizado desde 1999 até os dias atuais.

(3) As Operações Aéreas de Segurança Pública e/ou de Defesa Civil compreendem as atividades típicas de polícia administrativa, judiciária, de bombeiros e de defesa civil, tais como: policiamento ostensivo e investigativo, ações de inteligência, apoio ao cumprimento de mandado judicial, controle de tumultos, distúrbios e motins, escoltas e transportes de dignitários, presos, valores, cargas; aero médicos, transporte de enfermos e órgãos humanos e resgate; busca, salvamento terrestre e aquático, controle de tráfico rodoviário, ferroviário e urbano, prevenção e combate a incêndios, patrulhamento rural, urbano, ambiental, litorâneo e de fronteiras, e outras operações em consonância com a legislação aeronáutica em vigor. (MARANHÃO, 2011, p. 12).

A média de duração desse curso é de nove semanas e os treinamentos ocorrem na base do Centro Tático Aéreo em São Luís e em alguns interiores do Estado. Ao longo do tempo já houve 13 edições do COA. De acordo com o edital 001/17 – CTA/SSP-MA, os participantes devem cumprir alguns requisitos dos quais o primeiro deles é estar integrado ao Sistema de Segurança Pública do Maranhão, ser policial militar ou civil ou bombeiro militar, ser integrante das instituições convidadas e estar devidamente autorizado por sua instituição de origem a participar de curso de especialização (MARANHÃO, 2017b).

O COA é um curso que habilita o policial militar a trabalhar no CTA que é uma unidade pertencente ao Sistema de Segurança Pública com subordinação direta ao Secretário de Segurança. Por haver uma similitude com os demais cursos especiais e uma escassez de habilitados, quem tem o COA pode integrar o BOPE. Vale ressaltar que a doutrina do BOPE preconiza que para compor o batalhão seja necessário o CATE e o COEsp. Assim quando se fala em assaltos a instituições bancárias, o CTA tornou-se mais preparado para coibir esses assaltos o que reflete na queda nesses índices na capital e no interior (SILVA, 2018).

Figura 9- O treinamento especial que formou oficiais para integrar equipe de combate aéreo do Estado



Fonte: REIS, 2016.

Outro curso oferecido pelo polícia do Maranhão é o Curso de Ações e Técnicas Especiais (CATE), o primeiro deles oferecido em 2009 que acontece dentro de um período de sessenta dias realizados em São Luís e nos municípios da região e que possui estágios fora do Estado. Até hoje, já houve dois cursos do CATE em 2009 e 2017 e de acordo com o sitio eletrônico da Secretaria de Segurança do Estado, o objetivo principal do curso era preparar os policiais para um ambiente de difícil acesso que exija resistência e dificuldades (MARANHÃO, 2017c).

Ademais, os cateanos respondem pelas ocorrências não convencionais em que as viaturas ordinárias não são aptas a responder em situações de

negociação, resgate de reféns, salvamento em altura, atirador de elite. A ênfase desse curso é voltada também para coibição das ações criminosas contra os ataques de grande especificidade a instituições financeiras (ANDRADE, 2017).

Por fim, um dos cursos de maior destaque já oferecidos pela Polícia Militar do Maranhão foi o Curso de Operações e Sobrevivências em Áreas Rurais (COSAR) criado pelo Governo do Maranhão por meio da Secretaria de Segurança Pública que tinha por intuito impedir o elevado número de assaltos por arrombamentos e explosões a instituições financeiras especificamente nos interiores. Atuava, desarticulando quadrilhas e fazendo apreensões, dando assim, suporte aos policiais que trabalham nos interiores (SODRÉ, 2018).

Criado em 2016, o curso dura em média 45 dias e conta com uma formação em áreas de selva. Segundo a reportagem do jornal O Imparcial (2016, p.1):

Os policiais recebem treinamento para área de selva com apoio de equipes do Exército; instrução sobre embarcações; aulas de tiro tático e realizam operações rurais (treinamento de sobrevivência em matagal e mata fechada).

Trabalham, ainda, o combate em ambiente confinado – residências e prédios – semelhante ao que recebe a SWAT, que é a tropa de elite da polícia americana. Noções de explosivos, caçador militar – tiro de elite, técnicas especiais de abordagem, patrulhamento tático, gerenciamento de crise e salvamento em altura são outras etapas do curso de formação.

Já houve cinco edições de formação do COSAR. Atualmente, esse curso faz parte do COE, sendo que alguns integrantes estão lotados em uma subunidade na cidade de Bacabal, em virtude do maior assalto a instituição bancária do Estado que ocorreu no ano de 2018 quando uma organização criminosa altamente especializada com mais ou menos trinta integrantes fecharam a cidade e atacaram a unidade de polícia local, a delegacia explodiram uma instituição bancária.

Figura 10- Patrulha do Cosar na busca dos assaltantes de banco no interior do Estado



Fonte: ATUAL7, 2019.

4 EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA O ÊXITO DAS TROPAS ESPECIAIS

Com a evolução do combate armado, ultimamente houve também a necessidade de realizar a modernização de equipamentos. Esse fator é preponderante devido ao grande poderio bélico que as associações criminosas dispõem, todavia, para que seja efetivo a forma de combater esses criminosos, os equipamentos disponíveis para o uso das forças especiais precisam ser condizentes para assegurar o sucesso da intervenção estatal.

A blindagem de viaturas tornou-se um aspecto importante para salvaguardar a vida dos agentes da Segurança Pública quando alvejados por ataque de criminosos. Além desse meio, a aquisição de novos modelos de armamento também contribuiria na efetividade dessas ações.

4.1 A blindagem balística de viaturas

Blindagem é um termo que explica o revestimento de uma chapa metálica a partir da combinação de vários itens com o objetivo de proteger contra projéteis o meio a qual estar inserida. Desse modo, a história da blindagem em veículos automotores surgiu a partir do século XX, após o término da Primeira Guerra Mundial. Ademais, os primeiros veículos blindados no âmbito militar, direcionado para a guerra, tiveram o seu marco histórico durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), que tinha por objetivo obter a proteção dos ocupantes do veículo, contra os ataques advindos do grosso calibre dos armamentos usados pela tropa inimiga (AVALLON BLINDAGENS, 2018).

A partir desse momento histórico, a blindagem em carros das forças militares de guerra como o Exército, passou a ser bastante desenvolvida, de modo que o blindado tornou-se um elemento básico de emprego das forças terrestres por propiciar uma grande capacidade de decisão no campo de batalha (CAVALCANTI, 2018).

No Brasil, não há uma data precisa de quando os primeiros veículos militares blindados começaram a ser usados no país. Sabe-se que desde, 1999, o Exército Brasileiro controla o registro de veículos blindados tanto civis como militares.

Há um gradiente de proteção quando se fala de blindagem veicular. Conforme, for o calibre da arma, existe um nível específico para neutralizá-la. Com o avanço tecnológico, os materiais têm se tornado mais eficazes e leves, visto que um

dos percalços da proteção balística é o peso do material. Obviamente que esse acréscimo de peso deve ser calculado, pois algumas partes do veículo não foram feitas para suportar tanto peso, como por exemplo, a suspensão.

Nesse contexto, com o passar do tempo e as relações complexas de violência urbana que acometem os grandes centros urbanos, a blindagem balística tornou-se constante para pessoas que buscavam a sua incolumidade e segurança. No cenário militar, a blindagem de viaturas nas forças policiais, principalmente a dos veículos que são utilizados pelas Tropas Especiais, não é uma realidade constante no Brasil, todavia, faz-se necessário, uma vez que minimizaria o risco de morte do policial, além de dar mais confiança no momento das ações de grande complexidade.

Nesse sentido, o uso da blindagem que suporte um impacto de projéteis de grosso calibre como os utilizados em assaltos a instituições bancárias passaram a ser uma necessidade para assegurar a vida dos agentes de segurança pública no âmbito do Estado brasileiro. Contudo, a implantação de blindagem em veículos é de alto custo, o que na maioria das vezes, impossibilita o emprego por parte dos Estados.

De acordo com as regras da Associação Brasileira de Blindagem (Abrablin), as partes dos carros que devem ser blindadas são: teto, vidros, colunas, atrás do banco traseiro (porta-objetos), caixas de rodas, portas, proteção entre o painel e o motor, maçanetas, por trás dos espelhos retrovisores e tanque de combustível. Com o avanço da criminalidade e a utilização de armamento de uso restrito por parte dos criminosos, faz-se imprescindível blindar as viaturas com níveis superiores ao material bélico utilizado por criminosos (PEREZ, 2015).

4.1.1 Quanto aos níveis

Os níveis relativos à blindagem, estão relacionados ao poder que de repelir os projéteis após o impacto inicial. Quanto mais barata a blindagem, menor é o nível, ou seja, a força de sua proteção. A classificação do nível leva em conta, inicialmente, o impacto que o projétil contra a blindagem, devendo ter como critérios o calibre, o tipo de projétil lançado, sua massa (peso), a velocidade média e a quantidade de disparos que devem ser efetuados em testes de homologação (TRIBUNA DO NORTE, 2017).

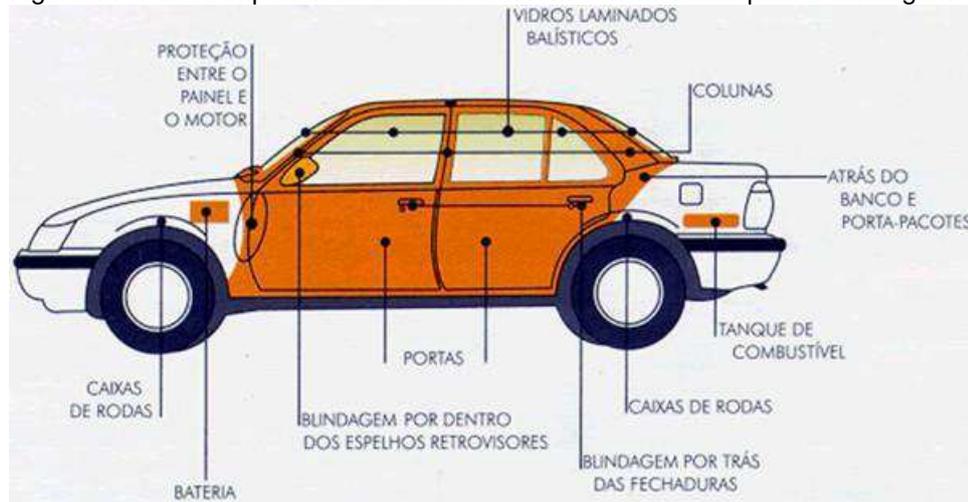
A resistência balística leva em consideração a arma, o projétil, a energia cinética de uma massa (em joules) e a distância dos disparos com relação ao alvo e a distância entre os disparos. As proteções são definidas por normas técnicas e variam de acordo com o tipo de resistência a esses projéteis. (ABRABLIN, 2017, p. 1).

Segundo Silva e Martins (2013, p. 7):

As proteções balísticas funcionam como um princípio de dissipação de energia, utilizando-se da combinação adequada de materiais com propriedades físicas diferentes, onde, esses materiais sendo sobrepostos em camadas, pretende-se somar as suas propriedades e características, com o intuito de impedir que um projétil perfure ou danifique um patrimônio ou exponha ao risco seu usuário, evitando ferimentos graves e letais ao indivíduo.

A menção aos níveis é um parâmetro fundamental para confeccionar a proteção adequada, ou seja, é ter a certeza sobre até que ponto a proteção pode sustentar o disparo dos projéteis, visto que cada arma de fogo tem suas particularidades (geometria, massa, quantidade de pólvora). Deve-se também levar em conta para a construção da blindagem, tanto as características das armas quanto as dos projéteis (SILVA; MARTINS, 2013, p. 7).

Figura 11- Partes importantes do carro a serem consideradas para a blindagem



Fonte: SOUZA, 2009.

No Brasil, são 6 os níveis de proteção regulamentadas. De acordo com os requisitos da Abrablin, os níveis de blindagem têm que seguir a norma da ABNT-NBR 15000, obedecendo os padrões nacionais e internacionais. Os níveis são divididos em três: permitido, restrito e proibido.

Figura 12 – Níveis de Blindagens

NÍVEL	MUNIÇÃO	MASSA DO PROJÉTIL (G)	V ₀ (M/S)	ARMA	RESTRIÇÃO	
I	.22 LRHV Chumbo	2,6 ± 0,1	320 ± 12	Revólver .22	Uso permitido	
	.38 Special RN Chumbo	10,2 ± 0,1	259 ± 15	Revólver .38		
II-A	9 FMJ	8,0 ± 0,1	332 ± 12	Pistola 9mm		
	.357 Magnum JSP	10,2 ± 0,1	381 ± 15	Revólver .357 Magnum		
II	9 FMJ	8,0 ± 0,1	358 ± 12	Pistola 9mm		
	.357 Magnum JSP	10,2 ± 0,1	425 ± 15	Revólver .357 Magnum		
III-A	9 FMJ	8,0 ± 0,1	426 ± 15	Submetralhadora 9mm		
	.44 Magnum SWC Chumbo	15,55 ± 0,1	426 ± 15	Revólver .44 Magnum		
III	7,62 FMJ (.308 Winchester)	9,7 ± 0,1	838 ± 15	Fuzil FAL		Uso restrito
IV	.30-06 AP	10,8 ± 0,1	868 ± 15	M60		Uso proibido

FORTE ABRABLIN

Fonte: O ESTADÃO, 2016.

Percebe-se que a blindagem do tipo nível 1 é a mais leve e garante uma proteção até o calibre 38. A de nível 2

Todos os níveis podem ser autorizados para uso civil, exceto os níveis III e IV. O primeiro resiste a disparos de fuzil FAL, e por ser de uso restrito sua produção para ser utilizadas por pessoas físicas ou jurídicas, tem que ser autorizado pelo EB, e o segundo somente é usado pelas Forças Armadas que resiste até a M60 e é totalmente proibido para uso civil. É esses dois últimos níveis que poderiam garantir a proteção contra armamento de grosso calibre que antes eram inacessíveis por parte dos criminosos, todavia, atualmente, são as mais utilizadas. Todavia, o nível IV não é autorizada para veículos automotores.

A Portaria nº 94 de agosto de 2019 do Comando Logístico do Exército brasileiro deixa claro que:

Art. 8º Fica autorizada a aplicação de blindagem balística, por blindadora registrada no Exército, até o nível de proteção III:

[...]

III - em viaturas de órgãos de segurança e ordem pública (OSOP).

§2º Viaturas de OSOP, para efeitos desta portaria, são veículos especiais com características particulares direcionadas ao emprego em segurança ou ordem pública. (BRASIL, 2019a, p. 2).

De acordo com as normas do Exército brasileiro, até o nível III é liberado para uso dos órgãos de Segurança Pública, e há vários Estados que dispõe de

veículos blindados para uso exclusivo das tropas especiais, como exemplo, as tropas do Rio de Janeiro, e as de São Paulo.

4.1.2 Regulamentação

O Exército Brasileiro é o responsável pela fiscalização das empresas que fornecem esse serviço através do NEB/E-316. Este regulamento elenca todos os requisitos necessários para a eficácia da blindagem. As empresas autorizadas são constantemente fiscalizadas pelo EB, pois toda responsabilidade inerente à eficácia da blindagem são delas. As visitas não precisam ser agendadas para evitar qualquer tipo de manipulação fraudulenta por parte da fornecedora. Conforme o EB:

O Exército se reserva o direito de, sempre que julgar necessário, verificar, através do fiscal militar ou agente técnico credenciado, se as prescrições do presente Norma são cumpridas pelo fabricante e/ou montador. Para tal, o fabricante e/ou montador devem garantir, ao fiscal militar ou agente técnico credenciado, livre acesso às dependências pertinentes da fábrica e/ou montadora bem como apresentar toda a documentação relativa à aceitação das matérias-primas utilizada na fabricação e/ou montagem do produto. (BRASIL, 2001, p. 92).

É relevante destacar que todas as empresas responsáveis pela prestação do serviço têm a obrigação de emitir um termo de responsabilidade, conforme preceitua a norma NEB/E-316 (BRASIL, 2001, p. 90), em que constem os seguintes itens:

- a) Certificado de Registro da montadora emitido pelo Exército Brasileiro;
- b) nome ou logotipo do fabricante das blindagens opaca e/ou transparente, com respectivo número do Título de Registro emitido pelo Exército Brasileiro;
- c) tipo de material da blindagem, explicitando lote, mês e ano de fabricação;
- d) mês e ano da montagem;
- e) representação pictórica da aplicação, no veículo objeto da proteção balística, dos materiais utilizados e de seu respectivo nível de proteção;
- f) alterações no desempenho veicular (velocidade máxima, distância de parada, estabilidade, etc.) decorrentes da aplicação da blindagem. Eventuais assertivas do montador devem estar fundamentadas em laudos e selo de conformidade emitido pelo Centro Tecnológico do Exército;
- g) cláusulas e condições de garantia e vida útil da blindagem.

Decerto, essa fiscalização do exército é conspícua para evitar fraudes por parte de empresas inescrupulosas uma vez que tal instituição detém de idoneidade reconhecida nacionalmente. Outrossim, essa responsabilidade não poderia ser dada à iniciativa privada sob risco de haver facilitações que prejudicariam o consumidor,

por exemplo, a compra de materiais de qualidade inferior ao recomendado poria a incolumidade do cliente à prova, pois o disparo romperia a barreira de proteção.

4.1.3 Custo da implantação

Atualmente, o “Caveirão”, utilizado, inicialmente, na Polícia Militar do Rio de Janeiro e que hoje já faz parte de quase todas as polícias nacionais, é a viatura policial blindada mais conhecida no Brasil, protegendo seus ocupantes contra disparos até de fuzis calibre 7,62. No entanto, em alguns Estados, essa proteção ainda se restringe apenas a viaturas de tropas especializadas, não abrangendo as viaturas convencionais que circulam diariamente pelas ruas.

De acordo com o diretor-presidente da empresa HPC Blindados, que presta serviços para o exército dos Estados Unidos, uma blindagem pode variar de 27 a 45 mil reais dependendo do nível de proteção. Uma pesquisa feita pelo Exército afirma que a maioria das armas empregadas em assaltos diários são de pequeno calibre como 38, 22 e 357. Tal fato fez com que as prestadoras de serviço se especializassem em proteção voltada para esse tipo de armamento, o IIA. Por ser mais barata, pouco mais de 27 mil reais, caiu nas graças da classe média. Já uma proteção mais segura, a IIIA passa dos 45 mil (CORASSA, 2008).

Para uso policial ordinário talvez a blindagem IIIA seja mais viável visto que há menores riscos de confronto com criminosos fortemente armados. No entanto, para tropas especiais é altamente ineficiente o seu uso. As tropas especiais, como a COE, ROTAM, CHOQUE, COSAR e o CTA são equipadas com fuzis de grande poder de impacto e penetração o que lhes confere uma elevada taxa de sucesso na conclusão de ocorrências.

Os marginais confrontados por tais tropas também fazem uso de artilharia pesada em virtude do propósito que eles almejam. São em suma, assaltantes de banco que contam com treinamento militar, algumas vezes oriundos da briososa Polícia Militar. Fuzis 7.62, 5.56, .40 e .50 já fazem parte do arsenal desses delinquentes. Logo, viaturas comuns não estão preparadas para suportar e assegurar a vida dos policiais. Segundo Contesini (2014), a blindagem ideal seria a nível III. Esta é capaz de suportar disparos de fuzis M16, 7.62, AK 47, AR 15 e FAL.

Há um outro ponto a ser visto. Antanho a ideia era blindar as viaturas já existentes ou comprar viaturas blindadas. A PMMA pode adquirir carros blindados, similar aos carros de transporte de valores, com uma proteção balística nível IV,

todavia, precisaria de toda uma movimentação concatenada com o Exército brasileiro para tal feito. Tais veículos seriam usados para o combate a grandes ocorrências em que os criminosos possuam grande poder de fogo. Assaltos a bancos são os mais frequentes.

De acordo com o sítio eletrônico do Portal do Governo de São Paulo (SÃO PAULO, 2015), a Polícia Militar do Estado recebeu, em 2015, 6 blindados a um custo de 5 milhões de reais cada. São quase indestrutíveis e comportam 24 policiais bem armados. É fato que o custo é elevado, contudo, o investimento é de grande retorno quanto ao sucesso nas ocorrências, além de salvaguardar a vida dos agentes de segurança.

Figura 13 – Exemplo de veículos blindados nas tropas especiais



Fonte: SÃO PAULO. Portal do Governo, 2015.

Para aplicação imediata das tropas ordinárias de outros Estados, inclusive a Polícia Militar do Maranhão precisaria, além de recursos, de políticas públicas que realmente se empenhem nessa lide. É fato que a criminalidade atingiu patamares elevados no Estado que antes eram inimagináveis.

Custa caro blindar todas as viaturas da Polícia Militar, então seria viável blindar os para-brisas, visto que este é o local mais propício para o tiro. Num segundo momento, as portas dianteiras juntamente com os respectivos vidros passariam a ser blindados. No Brasil, o maior problema é que só há projetos de leis para a implantação das blindagens em veículos policiais, em alguns Estados. Maioria estes, que dispõem de maiores recursos financeiros, por serem maiores Estados.

Recentemente, o Governo do Estado de São Paulo foi o maior expoente na aquisição de recursos destinados para implantar na blindagem de viaturas. Algumas, já foram entregues a disposição das unidades de polícia, outras ainda irão ser adquiridas por uma média de preço R\$ 153.013. O organizador do projeto, o tenente Ubiratan Tolentino, conseguiu adquirir veículos abaixo do preço que é vendido ao mercado, já associado com a blindagem que proporcionará uma frota com segurança reforçada para as forças de segurança (HENRIQUE, 2019).

4.2 Modernização dos armamentos

Com o advento das ações especializadas em assaltos a instituições financeiras no Estado do Maranhão, os criminosos se utilizam do que existe de mais moderno quanto a questão é armamento que são contrabandeados de outros países. Segundo o delegado da Especializada em Roubos, Furtos e Defraudações (DERFD), Orlando Amaral, assaltantes de banco usam armas de grosso calibre para intimidar, dentre elas estão as submetralhadoras e escopetas, além de explosivos (ACRÍTICA, 2014).

Por outro lado, as tropas especiais do Estado (COSAR) não dispõem da mesma tecnologia armamentista. As armas disponíveis no Estado, de maior potencialidade são: FAL (MD 934) e PARAFAL (MD 934A1). Segundo Santos (2011, p. 1) relata:

Parafal, é uma versão do fuzil FAL M964 com coronha rebatível e atende a todos os requisitos técnicos e operacionais estabelecidos pelo Exército Brasileiro. Por ser de dimensões e pesos reduzidos, este armamento é ideal para emprego por tropas especiais e policiais.

No que diz respeito a modernização de equipamentos no setor de armamentos, as forças especiais de grande parte do Brasil, inclusive o BOPE do Rio de Janeiro são obsoletos quando comparados com as armas em posse dos narcotraficantes que dominam os morros e favelas, não só do Rio, mas da maioria dos estados do país. Segundo o Benites (2014), essa realidade é vivida por outros estados.

Só quem porta esse tipo de arma é o criminoso que já espera um confronto com a polícia”, afirmou Wilquerson Sandes, coronel da Polícia Militar do Mato Grosso e colaborador do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Para ele, o problema não ocorre somente em São Paulo, senão em todo o país.

Nas pequenas cidades do Centro-Oeste e do Nordeste, por exemplo, quem possui as armas de grande porte são as quadrilhas que roubam dois ou três agências bancárias ao mesmo tempo. No Rio de Janeiro, os portadores desse arsenal são traficantes que atuam principalmente em favelas. (BENITES, 2014, p. 1).

Quanto ao BOPE do Maranhão, esse age, em suma, nos interiores do Estado, onde os ataques as instituições financeiras são bem mais planejados. Contudo, armas como: T-4, Pistola Glock, Pt 100, CT 40, PT840 não são suficientes para tais ações. Nem mesmo os fuzis e carabinas de dotação da Polícia Militar do Maranhão estão em pé de igualdade com os que possuem os criminosos. De acordo com a revista eletrônica Defesatv, as tropas especiais do Estado do Rio de Janeiro já contam com armas de última geração do tipo, Pistola Glock. 40 que é uma arma austríaca que dispõe de equipamento leve, com ótima precisão e acabamento resistente à corrosão devido o aço carbono teniferizado (DEFESATV, 2019).

A modernização dos armamentos é um ponto nevrálgico para o sucesso das ações policiais tendo em vista que modernizar nesse sentido é antecipar-se aos criminosos. A Polícia Militar do Maranhão tem trabalhado somente em ações de resposta o que demonstra uma certa parcimônia em relação aos assaltos a banco. Segundo a Constituição Federal em seu artigo 144, § 5º “Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública [...]” (BRASIL, 2016). Logo, fica claro que a ostensividade e a preservação devem ser vistas como medidas preventivas, pois para se manter a paz social, nada melhor que uma previsão do que pode ocorrer em caso de inércia das forças policiais.

4.2.1 Legislação protecionista

Um dos principais óbices enfrentados pelas polícias militares é a legislação protecionista que impede a aquisição de armas e munições importados, as indústrias que atuam no país são todas nacionais. Isso favorece a perpetuação de um monopólio e o não barateamento dos preços uma vez que não há concorrência. Outrossim, tem ainda a questão do esfacelamento e a falta de inovação no mercado bélico nacional visto que não há a necessidade de se modernizar.

De acordo com o Decreto nº 9493/2018 (BRASIL, 2018) que aprova o Regulamento de Fiscalização de Produtos Controlados, cabe ao Exército Brasileiro o controle dos produtos constantes no anexo I do R-105. Apesar de ter sido revogado

mostra a derrocada causada por esse empecilho. Antes dele havia o Decreto nº 3665/2000 que fora revogado, no entanto, por ter sido válido por mais tempo seus efeitos perduram até hoje como asseveram seus artigos 183 e 190:

Art. 183. As importações de produtos controlados estão sujeitas à licença prévia do Exército, após julgar sua conveniência.

[...]

Art. 190. O produto controlado que estiver sendo fabricado no país, por indústria considerada de valor estratégico pelo Exército, terá sua importação negada ou restringida, podendo, entretanto, autorizações especiais ser concedidas, após ser julgada a sua conveniência. (BRASIL, 2000, p. 1).

Esse mesmo decreto dificulta a aquisição de Produto de Defesa (PRODE) uma vez que se vale da subjetividade para anuir ou não a compra de produtos importados pelas polícias militares. O Decreto nº 12598/2012 define o que é PRODE como sendo:

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, são considerados:

I - Produto de Defesa - PRODE - todo bem, serviço, obra ou informação, inclusive armamentos, munições, meios de transporte e de comunicações, fardamentos e materiais de uso individual e coletivo utilizados nas atividades finalísticas de defesa, com exceção daqueles de uso administrativo; (BRASIL, 2012, p. 1).

Havia uma Portaria nº 620 do Ministério da Defesa de 4 de maio de 2006 que em seu art. 5º aduzia: “A importação de produtos controlados poderá ser negada, quando existirem similares fabricados por indústria brasileira do setor de defesa.” (BRASIL, 2006).

A importação de produtos controlados pelo Exército Brasileiro precisa de anuência desse de acordo com a Lei nº 10826/2003 (Estatuto do Desarmamento) em seu art. 24 que esboça:

Excetuadas as atribuições a que se refere o art. 2º desta Lei, compete ao Comando do Exército autorizar e fiscalizar a produção, exportação, importação, desembaraço alfandegário e o comércio de armas de fogo e demais produtos controlados, inclusive o registro e o porte de trânsito de arma de fogo de colecionadores, atiradores e caçadores. (BRASIL, 2013, p. 14).

Mesmo com a aprovação do Decreto nº10030/2019 não se tem permissão para a compra de arma de fogo deliberada unilateralmente, ou seja, o Exército Brasileiro tem que consentir. Contudo, uma mudança precisa ser ressaltada, a compra institucional que agora carece somente de comunicação

prévia, pelo menos é o que diz o texto da lei. Nos artigos que se seguem, pode-se confirmar isso:

Art. 25. A importação de PCE ficará sujeita à autorização prévia do Comando do Exército.

Art. 26. O Comando do Exército autorizará, mediante comunicação prévia, a importação de armas de fogo, munições e demais produtos controlados para os seguintes órgãos, instituições e corporações:

I - Polícia Federal;

II - Polícia Rodoviária Federal;

III - Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República;

IV - Agência Brasileira de Inteligência;

V - órgãos do sistema penitenciário federal ou estadual;

VI - Força Nacional de Segurança Pública, por meio da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça e Segurança Pública;

VII - órgãos policiais da Câmara dos Deputados e do Senado Federal a que se referem o inciso IV do caput do art. 51 e o inciso XIII do caput do art. 52 da Constituição, respectivamente;

VIII - polícias civis dos Estados e do Distrito Federal;

IX - polícias militares dos Estados e do Distrito Federal; (BRASIL, 2019b, p. 1, grifo nosso).

Mesmo que autorizada a compra de armas importadas para a instituição policial militar, existe um outro imbróglio, a padronização. Desde 2012 de acordo com um documento sobre a justificativa para escolha de arma que fora assinado pelo comandante geral da PMMA em exercício, a Polícia Militar do Maranhão vem com um projeto de modernização da polícia militar do estado. Nesse ano existiam 2358 pistolas, sendo 946 na capital e 1412 no interior. As pistolas eram da IMBEI e Taurus. Ademais, tinham 1307 revólveres sendo 450 capital e 857 no interior. Em 2016, a PMESP doou 4 mil pistolas PT 100 da Taurus o que aumentou o quantitativo de pistolas e reduzindo o número de revólveres em uso no policiamento ostensivo (MENDES, 2018).

A substituição dos revólveres é algo de substancial importância uma vez que se está falando de modernização do armamento e as demandas atuais já não comportam um material tão antiquado. Os criminosos evoluíram. Outrossim, há uma certa leniência da instituição na aquisição de armas importadas, não só pelo custo num momento de infortúnio financeiro do país e obviamente do estado do Maranhão, mas para uma nova mudança de armamento institucional que desde de 2012 ainda não conseguiu se padronizar. Lembrando que as armas importadas, por muitas vezes, são mais baratas e de eficácia comprovada mundialmente.

O art. 30º do Decreto nº 10030/2019 permanece com restrições visto que concede ao Exército a faculdade de autorizar ou não a importação de armas por policiais militares para uso pessoal.

Art. 30. A autorização para a importação de armas de fogo, munições e demais produtos controlados **poderá ser concedida**:
X - às pessoas a que se referem os incisos I a VII, X e XI do caput do art. 6º da Lei nº 10.826, de 2003. (BRASIL, 2019b, p. 1, grifo nosso).

O artigo 6º da Lei 10826/2003 refere-se em seu inciso II aos integrantes dos órgãos constantes no art. 144º da CF/88 que estão presentes nos incisos I, II, III, IV e V.

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:
I - polícia federal;
II - polícia rodoviária federal;
III - polícia ferroviária federal;
IV - polícias civis;
V - polícias militares e corpos de bombeiros militares. (BRASIL, 2016, p. 90, grifo nosso).

No entanto, a Portaria nº 1880/2019 do Comandante do Exército em seu art. 4º modifica tal entendimento dando ao Exército apenas vista as autorizações, ou seja, não tem mais a competência para negar a importação.

Art. 4. A autorização para importação de armas de fogo, munições e demais produtos controlados **será concedida** (grifo nosso) para os seguintes órgãos, instituições, corporações e pessoas físicas:
I - a Polícia Federal;
II - a Polícia Rodoviária Federal;
III - o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República;
IV - a Agência Brasileira de Inteligência;
V - o Departamento Penitenciário Nacional e Estadual;
VI - a Força Nacional de Segurança Pública, por meio da Secretaria Nacional de Segurança Pública;
VII - os órgãos policiais da Câmara dos Deputados e do Senado Federal;
VIII - as polícias civis dos Estados e do Distrito Federal;
IX - as polícias militares dos Estados e do Distrito Federal; X - os corpos de bombeiros militares dos Estados e do Distrito Federal;
XI - as guardas municipais;
XII - demais órgãos e entidades da administração pública, nos termos do art. 30 do Decreto nº 10.030, de 30 de setembro de 2019;
XIII - as pessoas jurídicas credenciadas no Comando do Exército para comercializar armas de fogo, munições e produtos controlados;
XIV - os integrantes das instituições a que se referem os incisos I a XI do caput;

XV - as pessoas físicas autorizadas a adquirir arma de fogo, munições ou acessórios, de uso permitido ou restrito, nos termos do disposto no art. 12 do Decreto nº 9.847 de 25 de junho de 2019; e

XVI - os integrantes das Forças Armadas. (BRASIL, 2019c, p. 1 grifo nosso).

A primeira legislação a respeito é o Decreto nº 88777/83 que aprova o Regulamento para as Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares (R-200) em seu art. 2º que estabelece a dotação como a “quantidade de determinado material, cuja posse pelas Polícias Militares é autorizada pelo Ministério do Exército, visando ao perfeito cumprimento de suas missões”, além de expor de maneira taxativa o material bélico de Polícia Militar:

[...] Todo o material necessário às Polícias Militares para o desempenho de suas atribuições específicas nas ações de Defesa Interna e de Defesa Territorial.

Compreendem-se como tal:

- a) armamento;
- b) munição;
- c) material de Motomecanização;
- d) material de Comunicações;
- e) material de Guerra Química;
- f) material de Engenharia de Campanha. (BRASIL, 1983, p. 3).

Nesse mesmo Decreto, há as especificações e características a serem seguidas conforme autorização do Exército Brasileiro em seus artigos 29 e 32:

Art. 29 - As características e as dotações de material bélico de Polícia Militar serão fixadas pelo Ministério do Exército, mediante proposta do Estado-Maior do Exército.

Art. 32 - A fiscalização e o controle do material das Polícias Militares far-se-ão sob os aspectos de:

- 1) características e especificações;
- 2) dotações;
- 3) aquisições;
- 4) cargas e descargas, recolhimentos e alienações;
- 5) existência e utilização;
- 6) manutenção e estado de conservação.

§ 2º - As aquisições do armamento e munição atenderão às prescrições da legislação federal pertinente. (BRASIL, 1983, p. 10-11).

Com a aprovação do Decreto nº10030/2019 houve diversas mudanças, ou melhor, facilidades para compra institucional de materiais bélicos pelas instituições policiais sejam elas militares ou não. As portarias nº 1729 e 1880, ambas do Comandante do Exército, explanam sobre os trâmites de aquisição de Produtos Controlados pelo Exército (PCE).

4.2.2 Monopólio dos fabricantes nacionais de armas

Um dos principais dilemas enfrentados pelas polícias militares é o monopólio de empresas fabricantes de armas e munições, são todas nacionais. Isso dificulta a aquisição de armas com renome mundial e qualidade garantida.

As tropas especiais são as que mais sofrem com isso, pois elas estão diretamente ligadas as ocorrências de maior risco. Assaltos a banco, sequestros, ocorrências com reféns, explosões de agências bancárias são as que o menor erro pode determinar o fracasso da operação. Então o uso de materiais de qualidade influencia demais no desfecho da ocorrência. A criminalidade se agigantou diante da força policial dos estados, porém as tropas especiais são um recurso primário para a contenção da violência. Independente de qual seja o estado, todos sofrem com as ações criminosas cada vez mais contumazes, uns mais outros menos. De acordo com Lima e Oliveira (2019, p.11):

A violência no Brasil tem atingido patamares elevadíssimos, com criminosos que perderam, em certo nível, o medo de alguns policiais. Com equipamentos modernos, alguns inclusive de guerra, eles atuam de maneira organizada, seja em sequestros, tráfico de drogas e armas, assaltos a bancos ou saqueamentos de mercadorias. Em alguns Estados, há um cenário de conflito armado semelhante a países em guerra. Para enfrentar esse tipo de infrator, somente um pessoal bem capacitado, tanto para arriscar em menor intensidade a própria vida, como as vidas dos cidadãos de bem, cumprindo com excelência a missão. Nesse sentido, atua com eficácia o BOPE do Estado de Goiás, preparado para o combate às infrações criminosas de grande vulto.

A legislação sempre foi um atravanco para a modernização dos armamentos das forças policiais e mesmo com a mudança dessa o cenário não mudará abruptamente uma vez que será necessário tempo e recursos para que os estados possam adquirir materiais mais modernos.

Ademais, a crise financeira nacional atinge de maneira mais severa os estados mais pobres do país do qual o Maranhão faz parte. Esse estado figura sempre nas últimas posições quanto aos índices socioeconômicos do Brasil. Dessa forma demorará mais ainda para se atualizar devido aos poucos recursos disponibilizados para manutenção dos serviços essenciais do estado. Sabe-se que segurança pública, é feita com investimento e sem ele os resultados dos índices criminais serão pífios.

Um estudo do Fórum Brasileiro de Segurança Pública realizado em 2017 diz que mesmo com a queda de arrecadação dos estados os gastos em segurança pública continuam aumentando. No entanto, a União é o maior arrecadador de impostos e o que menos contribui para o financiamento dos estados. Em 2017, a União ficou com 58% de todas as receitas do país, mas só investiu 12%. Na contramão, os estados ratearam 25% do montante e arcaram com 82% das despesas em segurança pública (VELASCO REIS, 2019).

Não de hoje, que se sabe que somente duas empresas bélicas atuam no país, uma estatal, a Indústria de Material Bélico do Brasil (IMBEL) e uma privada, a Taurus. Ambas foram sustentadas pelo Decreto nº 3665/2000 que vetava a compra de armas importadas desde que aqui houvesse alguma similar. Juntamente com esse decreto havia a Portaria Normativa nº 620/2006 do Ministério da Defesa que aduzia em seu art. 5º “A importação de produtos controlados poderá ser negada, quando existirem similares fabricados por indústria brasileira do setor de defesa.”

Com todas as facilidades para a perpetuação no domínio de venda de armas para as forças policiais, ainda sim as empresas nacionais foram ineficientes tendo em vista o grande número de falhas com seus armamentos.

A procuradora Lívia Tinôco após saber dos incidentes ocorridos em vários estados do Brasil, pediu uma liminar para suspender a fabricação e venda de dez modelos de pistolas e submetralhadoras da Taurus. Num pedido para as secretarias dos estados sobre as armas, teve a infeliz notícia. A Secretaria de Segurança do Rio de Janeiro fez um teste com vinte pistolas das quais dezesseis apresentaram falhas. Apesar dos esforços da procuradora federal Tinôco, a liminar foi negada. Não é só no Brasil que a Taurus apresenta falhas estruturais, nos Estados Unidos, ela foi obrigada a pagar 39 milhões de reais num caso de disparo acidental no momento em que um xerife do condado de Scott, Iowa perseguia um suspeito de tráfico e sua pistola caiu e disparou sozinha (ALESSI, 2018).

4.2.3 Armamentos de dotação do Batalhão de Operações Especiais

A Polícia Militar do Maranhão foi fundada em 17 de junho de 1836. De lá até os dias atuais, muitas foram as mudanças ocorridas devido a necessidade de modernização dos materiais utilizados por ela, sejam em virtude do avanço tecnológico ou porque as ações criminosas se revolucionaram.

O BOPE conta em seu plantel com armamentos um tanto defasados em relação aos utilizados por outras instituições militares. Não só porque serem usados ou terem muitos anos de história, mas sim por não atenderem à realidade vivida pela polícia militar. Os fuzis FAL (Fuzil Automático leve) e Parafal são largamente utilizados pela Polícia Militar do Maranhão, são derivados do FN FAL de origem belga e até hoje fazem parte do arsenal de mais de 70 países. Pensado em 1946, porém somente concluído em 1953, foi elogiado por sua robustez e confiabilidade, além da fácil manutenção e por último, por possuir o calibre adotado pela OTAN, o 7,62 mm (MILITARY POWER REVIEW, 2020).

Conhecido como parafernália, os fuzis de fabricação da IMBEL, as pistolas e carabinas da Taurus são achincalhados por policiais do Rio de Janeiro que todos os dias sobem os morros da cidade e se deparam com falhas e disparos acidentais, ambos com vítimas fatais. Uns por morrerem com a arma mão na hora de maior necessidade, outros por disparos acidentais, ou seja, sem o acionamento do gatilho (TEIXEIRA, 2018).

O Parafal é um fuzil empregue pelo Exército Brasileiro há mais de 50 anos e que sempre teve a confiança e eficiência assegurada por essa entidade, porém nunca de fato foi usado e posto à prova tendo em vista que o Brasil não participou de nenhum conflito expressivo que o sabatinasse. Os problemas crônicos de engenharia passaram despercebidos fomentados pela simplicidade de manutenção que não amenizou as falhas ocorridas na PMERJ (MAIK, 2016).

Outros países também sofreram com erros de engenharia, porém com o uso exaustivo em situações reais permitiu que fossem sanadas. Conforme Maik relata:

O fuzil M16 em seus primórdios também enfrentou o mesmo problema do FAL, mesmo sendo armas com mecanismos completamente diferentes, no entanto logo foi submetido a testes operacionais em condições reais onde tal problema foi rapidamente identificado, porém a solução de engenharia adotada foi diferente dos demais. Adotando um retém de ação sobre o transportador do ferrolho que força a inserção do cartucho na câmara ampliou-se o índice operacional em campo mantendo o layout básico da arma, o que não seria possível com a adoção da alavanca de manejo solidária ao ferrolho. (2016, p. 1).

Figura 14 – Evolução dos fuzis AR-15



Fonte: MAIK, 2016.

O fuzil IA2 de calibre 5,56 mm é o mais novo da IMBEL, é o substituto do defasado FAL e também faz parte do quadro da PMMA. Apesar de serem de calibres distintos, ambos são largamente difundidos no mercado nacional e até bem valorizados. Não há como saber quais armas mais se adaptam a realidade nacional visto que não existe um parâmetro, só existem armas nacionais. Segundo Santos Júnior (2018, p. 36):

O IA2 é um armamento novo e pouco utilizado, logo, não carrega consigo uma imagem dissuasiva tão forte como o FAL ou outros armamentos conhecidos como o M-16 ou o AK-47. Além do mais, o fato de possuir um calibre menor também diminui seu poder de dissuasão.

Santos Júnior (2018, p. 36) ressalta que “O IA2 deverá conquistar seu espaço se fazendo valer de seus equipamentos, acessórios e engenharia moderna”. Ou seja, ainda é recente seu uso e a mensuração de sua eficácia. Ainda será preciso tempo para descobrir se foi ou não acertado seu uso na PMMA. Diante disso, há armas já testadas e aprovadas no mercado mundial, como o HK 416 de fabricação alemã e o Colt M4A1 estadunidense.

Consoante, Merlo (*apud* AMORIM, 2012, p. 2) “Pode-se afirmar que o IA2 é um fuzil moderno, porém não se encontra no mesmo grupo que os melhores e mais modernos fuzis do mundo atualmente.” Essa afirmativa só corrobora que ainda é insipiente qualquer prognóstico desse fuzil. A desconfiança perpassa a todos seus usuários tanto que na reserva do BOPE do Maranhão não existe mais nenhum IA2 sendo empregado por causa do medo de falhas já comprovadas e noticiadas na mídia nacional.

Com um novo leiaute, o IA2 continua com problemas inerentes ao seu antecessor. Maik (2016, p. 1) alude:

Mantendo o mesmo layout do FAL no IA2 a IMBEL não modificou o eixo basculante de desmontagem da arma, que fica entre o receptáculo do carregador e o guarda mato, algo que dificulta muito a manutenção da arma, principalmente obstruindo o acesso ao mecanismo do gatilho e trava. Também dificulta a substituição de partes do corpo da arma se comparado à solução mais adotada nos fuzis modernos similar à do M16 com eixo basculante à frente do receptáculo do carregador logo à baixo da junção do cano ao corpo da arma.

Sua atuação não é mais tão confiável assim uma vez que há armas mais potentes, confiáveis e modernas. Não é à toa que a Polícia Militar de São Paulo adquiriu 300 fuzis de origem italiana com uma plataforma conhecida como ACR (rifle de combate adaptável) que permite a utilização do armamento nas mais diversas situações de combate e que é referência nos Estados Unidos (STOCHERO, 2019).

Na mesma direção a polícia capixaba aderiu as inovações e incorporou ao seu arsenal 181 fuzis modelo Colt M4 de calibre 5,56 mm de origem estadunidense a fim de modernizar sua instituição e fomentar o combate à criminalidade do estado (FOLHA VITÓRIA, 2018).

Ao encontro das demais, a Polícia Militar do Estado do Ceará é mais uma a se atualizar com a aquisição de armamentos modernos, importados e com qualidade legitimada, e que não falharão diante das adversidades enfrentadas pelos policiais. A compra de 134 fuzis da marca Radical Fire Arms de origem estadunidense corrobora seu intento em garantir a incolumidade da população cearense juntamente com 3140 pistolas da marca SIG Sauer, um afamado fabricante de armas suíço-germânica (CEARÁ, 2018).

A Polícia Militar do Maranhão também possui outros fuzis e carabinas além dos já mencionados, como os produzidos pela outra nacional, a Taurus. A instituição faz uso de todos os armamentos disponíveis no catálogo da empresa, desde de pistolas à fuzis e carabinas. Os mais usuais em assaltos a banco são os fuzis T4 de calibre 5.56 mm. Assim como as pistolas dessa empresa são motivo de repulsa por policiais militares devido seus acidentes, às vezes, até letais, os fuzis T4 sofrem a mesma desconfiança apesar de não haver nenhum registro documentado de falhas em seu emprego.

Figura 15 – Fuzil M964 A1 (IMBEL) Reserva do BOPE



Fonte: Autoria Própria, 2020.

Figura 16 – Fuzil RF-15 (RADICAL FIREARMS) Reserva do BOPE



Fonte: Autoria Própria, 2020.

4.2.4 Calibre ideal para o combate aos assaltos a banco

Ao falar em qual calibre mais se adequa a realidade do estado do Maranhão, é necessário pensar de maneira holística, pensar não só como os enfrentamentos com criminosos acontecem, mas também quais os efeitos colaterais podem ser suportados. Um carro danificado, uma casa podem ser aceitáveis diante da visão da sociedade, porém uma vida inocente jamais. A ação policial não será exitosa caso haja perdas humanas inocentes. Logo, surge o questionamento de qual, onde e como usar o armamento ideal nessas circunstâncias.

Os assaltos a banco são recorrentes no estado em virtude de sua dimensão e por ser um dos mais ruralizados e como tal sofre como os demais, com escassez de quase tudo, inclusive de segurança pública. Geralmente os combates com os criminosos acontecem dentro de matagais, e não raramente, podem evoluir para os centros das cidades. Dessa forma, conforme muda o cenário, há uma necessidade vital na mudança de armamento a ser empregado pelas forças policiais tendo em vista o respeito as vidas que ali se encontram. Segundo Carneiro (2019, p. 12):

São inegáveis as qualidades do FAL 7,62 mm como sua precisão, robustez e o grau de letalidade. Não à toa, o armamento é consagrado para o fim que se destina e já vem sendo utilizado por mais de 30 anos pelo EB. Porém, podemos inferir que uma de suas características que sempre foi enaltecida, pode acabar se tornando uma desvantagem para seu emprego, como por exemplo, a sua alta letalidade.

Outrossim, as características desse calibre são ambíguas, pois tanto podem ser benéficas ou maléficas mediante o emprego e situação. Se for operado em áreas urbanas os danos colaterais podem ser imensuráveis. Diante desse fato, faz-se a adequação conforme o ambiente. Em uso urbano o calibre 5,56 mm, é o mais indicado uma vez que seu poder de lesividade é menor que o 7,62 mm. De acordo com Carneiro (2019, p.14) “[...] Para evitar danos colaterais, em locais com grande concentração populacional o fuzil mais adequado é o de calibre 5,56mm.”

Rosa (2010, p.1) “Sua munição é poderosa, de calibre 7,62 (o do fuzil AR-15 é 5,56), o que aumenta ainda mais o dano causado pelo disparo: dependendo da distância, ele pode arrancar a perna de um homem.” Como no interior do estado as edificações são baixas e os confrontos se dão em plano terrestre, o uso desse

calibre deve ser bem analisado visando ao máximo a redução de sequelas sejam elas humanas ou não.

O combate em ambiente tem peculiares que precisam ser respeitadas inclusive a vida de civis. Navarro (2011) cita que na maioria dos casos será necessário o uso de munição menos potente para que seus efeitos sejam percebíveis apenas pelos alvos. Logo fica claro que o uso do calibre 7,62 mm não será empregado como primeira alternativa, só em casos em que os alvos sejam de grande porte e os riscos compensáveis.

O calibre 5,56 mm é mais eficiente que o 7,62 mm quando se trata de combate urbe conforme analisa Visconti (2018, p. 7):

Assim, as diferenças físicas e balísticas entre o fuzil 5,56mm IMBEL MD97L e o fuzil 7,62 M964 (FAL) favorecem para que eficiência do primeiro seja significativamente melhor que a do segundo quando da execução do tiro rápido diurno, no contexto de um combate urbano.

Mesmo com um corpulento Estado ruralizado, existem centros comerciais nos municípios do interior onde estão localizados o grosso da economia local, o comércio e as agências bancárias, estas que são o desígnio dos assaltantes. Após o arrombamento das agências, os criminosos tendem a sair da cidade, momento esse que se deparam com as forças policiais. Abrigam-se nos matagais quando não são surpreendidos na sede do município. Até o instante em que os embates acontecem em região urbe a utilização do fuzil 5,56 mm é o mais indicado diante das casas e transeuntes que possam advir. Diante disso, Carneiro (2019, p. 15) exhibe:

[...] que o ideal seria a disponibilidade de ambos os calibres, haja vista que embora as Op se desenvolvam em ambientes urbanos, muitos engajamentos ocorrem a distâncias superiores a 100m contra alvos abrigados. Não é incomum também, a transição dos ambientes de campos/selva para o ambiente urbano. Em contrapartida, o calibre 5,56 mm diminui as possibilidades de causar efeitos colaterais quando empregada munição adequada.

4.2.5 Armamentos adotados por outras forças militares

Instituições militares ou não de outros países fazem uso de armamentos das mais variadas nacionalidades importando apenas que atenda sua necessidade. Toda célebre arma tem uma história que se traduz em fracassos e vitórias. Elas são criadas como inovações e conforme a mudança de cenário acontece, precisam de adequações e é isso que as fazem tão aclamadas pelos mais variados exércitos. Os

testes em combate as põem à prova e se não passam, são aprimoradas ou corrigidas para que satisfaçam as exigências.

Mikhail Kalashnikov é o pai de umas das armas mais difundidas e conhecidas na idade contemporânea, o fuzil Avtomat Kalashnikova, o AK 47 que carrega no nome a data de criação. Leve e de manejo simplório, capaz de disparar até 600 projéteis por minuto, o tornou querido, não só por exércitos mundo afora, mas para terroristas e guerrilheiros. Barato e com a ímpar característica de nunca falhar, ele logo caiu nas graças de todos aqueles que estivessem uns poucos trocados. Um coronel do exército americano durante a Guerra do Vietnã ao encontrar um fuzil enterrado por meses, o testou para provar aos soldados americanos como deve se comportar um fuzil de um infante. Puxou o ferrolho a retaguarda e acionou o gatilho, mesmo todo enferrujado, a arma disparou perfeitamente. Enquanto o exército americano tinha que limpar sempre seu M16 para que não emperrasse (LOBATO, 2011).

Figura 17– Mikhail Kalashnikov e sua criação, o AK47



Fonte: VYATKIN, 2013.

Dado sua idade, o AK 47 passou por inúmeras modificações, os países do leste europeu e até países nórdicos fizeram adequações. O AIMS-74 de origem romena é um deles. A Dinamarca criou o Madsen Lar que apesar de não se parecer com o Kalashnikova, possuía a mesma engenharia interna. Não vingou porque teria

que usar carregadores soviéticos. China também fez sua cópia, o Type-56 que serviu aos vietcongues (LITOVKIN, 2019).

O Brasil não fez uso do AK 47 pelo fato de ser aliado dos Estados Unidos e da OTAN (Organização Tratado do Atlântico Norte), ou seja, não usaria uma arma soviética. Os motivos são históricos (ANDRIGHETTO, 2011).

A Rússia já modernizou seu exército e o equipou com um novo armamento derivado do seu maior expoente, o AK 47 que já havia sido modificado pelo AK 74, o AK 12. No entanto, foram mantidas suas características notáveis, a simplicidade, confiabilidade, a resistência elevada operacional e o preço baixo. Foram inseridos trilhos Picatinny para instalação dos mais sortidos recursos, como mira holográfica, luneta, lanterna e lançadores de granadas. A capacidade dos carregadores aumentou para 60 munições e com possibilidade de usar um tambor com 95. Além do AK 12, ela lançou o AK 15 com uma única diferença, o calibre. Este possui calibre 7,62 mm (RUSSIA BEYOND, 2018).

Figura 18- Fuzil de assalto russo AK 12



Fonte: RAKSHA, 2019.

O exército americano é reconhecido pelo seu poderio bélico com armas sofisticadas que nem sempre são de origem nativa. As constantes guerras travadas permitem que esse país tenha lastro para o aprimoramento do seu arsenal. Mesmo assim, as mudanças são constantes a fim de amoldar as diversas transformações do ambiente de combate. O país já busca um substituto para o fuzil M4A1 e a

metralhadora M249. O novo armamento poderá conter reconhecimento facial e sensores de vento (ZAP, 2019). A inovação é a chave da hegemonia americana.

O fuzil padrão de uso das US Army é o HK 416 calibre 5,56 mm de origem alemã. É um melhoramento do M4. Hoje é adotado por mais de 20 países, amplamente utilizado pelas forças especiais, forças policiais e do governo, e é a arma padrão das forças armadas norueguesas (MILITARY TODAY, 2020).

A credibilidade do HK416 pode ser assegurada por seus números de performance como exhibe Military Today:

O HK416 é uma arma automática a gás. Internamente, é semelhante às armas projetadas por Stoner, como o M16. No entanto, o HK416 usa um sistema de pistão a gás patenteado, derivado do fuzil de assalto Heckler & Koch G36, que é mais confiável. Esse novo sistema operacional reduziu significativamente o mau funcionamento e aumentou a vida útil das peças, em comparação com a carabina original Colt M4. Durante os testes em 60.000 rodadas totais, o HK416 teve 233 paradas, enquanto o M4 teve 882 paradas. (2020, p.1, tradução nossa).

Existe a HK 417 que é uma cópia do HK 416 com um calibre maior, o 7,62 mm. Foi posto em ação em 2005. Há variantes, as forças especiais preferem as versões menores para facilitar na entrada tática. Uma variante interessante é o G28 que é uma versão para atirador de precisão. Suas peças, em sua enorme maioria, podem ser permutadas com o HK 417 (MILITARY TODAY, 2020).

Figura 19 – Carabina HK 416



Fonte: DYBAL, 2018.

Diante do exposto, nota-se que em um comparativo entre os armamentos da Polícia Militar do Maranhão e as demais instituições que há um disparate. A PMMA usa armamentos ultrapassados que não comportam mais as necessidades do estado.

5 METODOLOGIA

Esse estudo será feito por uma pesquisa aplicada para resolver problemas propostos. Para um melhor tratamento dos objetivos e melhor apreciação desta pesquisa, observou-se que ela é classificada como pesquisa exploratória. Detectou-se também a necessidade da pesquisa bibliográfica no momento em que se fez uso de materiais já elaborados: livros, artigos científicos, revistas, documentos eletrônicos e enciclopédias na busca e alocação de conhecimento sobre a melhoria do material de segurança do BOPE da Polícia Militar do Maranhão como forma de elevar as chances de sucesso nas ocorrências policiais, correlacionando tal conhecimento com abordagens já trabalhadas por outros autores.

A pesquisa assume como estudo de caso, sendo exploratória, por sua vez, proporciona maior familiaridade com o problema, tornando-o explícito ou construindo hipóteses sobre ele através de principalmente do levantamento bibliográfico. Por ser um tipo de pesquisa muito específica, quase sempre ela assume a forma de um estudo de caso (GIL, 2008).

De acordo com Boccato (2006), a pesquisa bibliográfica busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. Esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica.

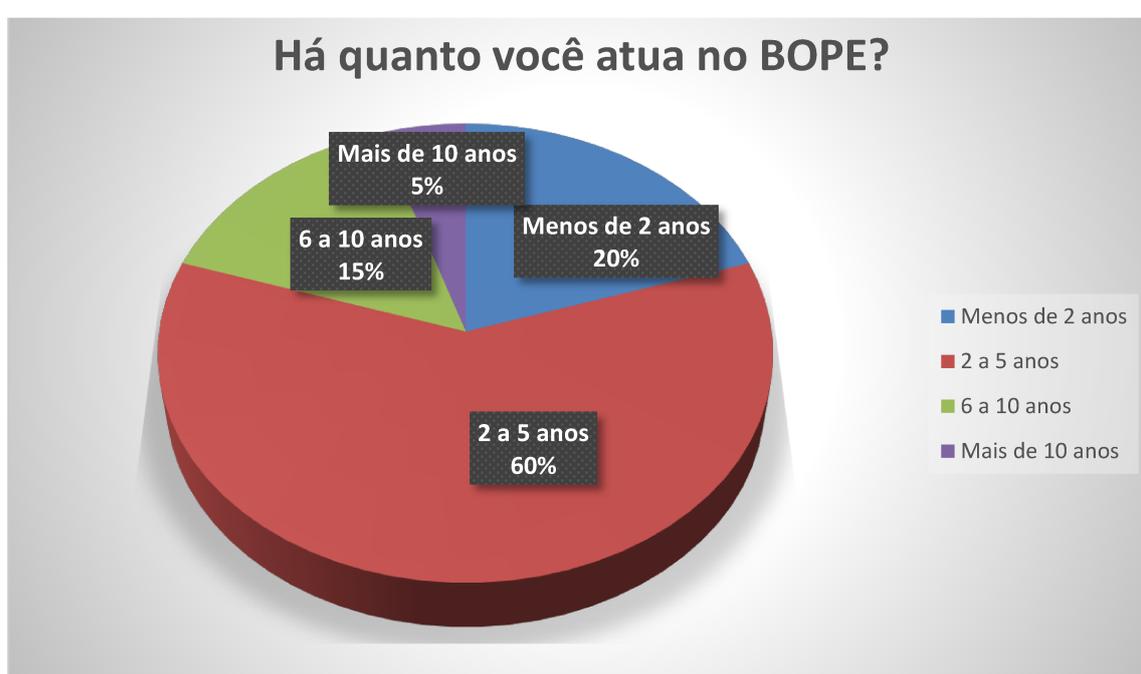
A abordagem do tratamento da coleta de dados do estudo de caso será qualitativa, pois busca a fonte direta para coleta de dados, interpretação de fenômenos e atribuição de significados. Obtém opinião dos entrevistados com questões abertas, por exemplo. Michel (2005) discorre a respeito das técnicas de coleta de dados, que são instrumentos utilizados com a finalidade de levantar dados e informações para análise e a explicação de aspectos teóricos estudados.

O local da pesquisa foi no BOPE (Batalhão de Operações Especiais) com os policiais desta unidade. A técnica de pesquisa foi um questionário com perguntas objetivas e subjetivas a fim de extrair o máximo de informações fidedignas. A amostragem será probabilística, pois “[...] baseia-se na escolha aleatória dos pesquisados, significando o aleatório que a seleção se faz de forma que cada membro da população tinha a mesma probabilidade de ser escolhido.” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 223). Foram entrevistados 21 policiais dos 85 constantes na unidade no período de 10 de janeiro a 15 de março de 2020.

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nessa seção serão expostos os resultados dos dados colhidos e as discussões sobre as respostas obtidas por meio do questionário aplicado aos operadores do Batalhão de Operações Especiais (BOPE). Procurou-se extrair ao máximo informações fidedignas inerente ao material de segurança utilizado pelos policiais do BOPE, como armamentos, cursos e viaturas.

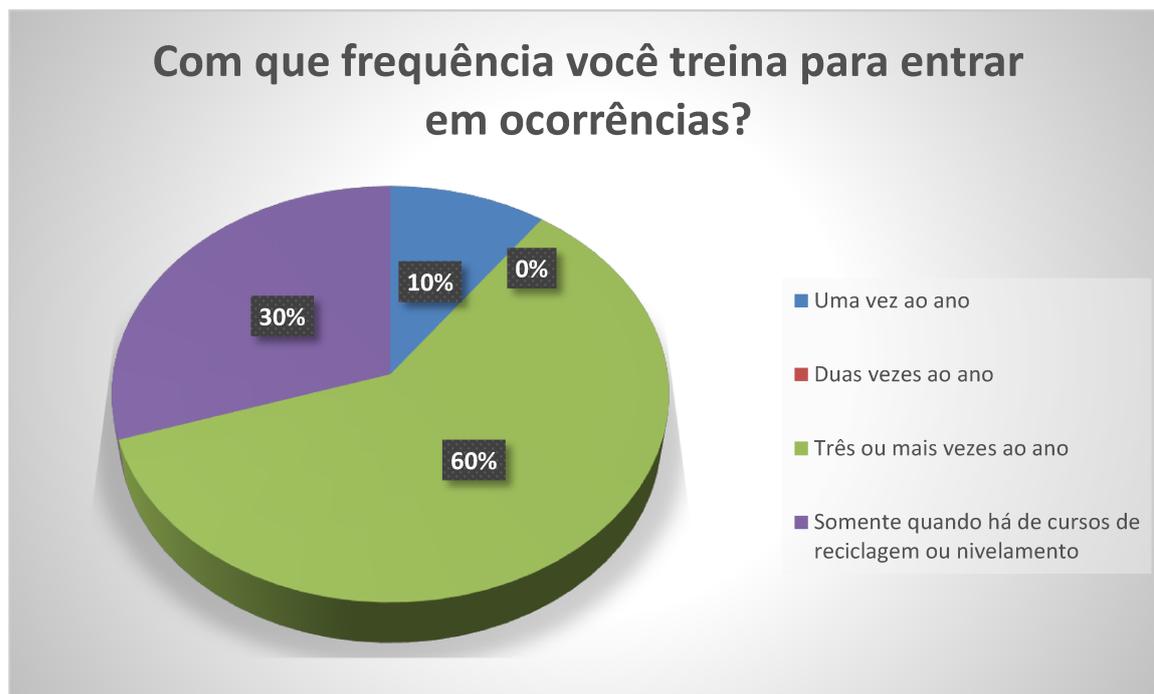
Gráfico 1 – Resposta quanto ao tempo de atuação no BOPE



Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

No gráfico 1, percebe-se que há uma maioria de operadores 60% (sessenta por cento) entre 2 a 5 anos de unidade o que deixa claro que grande parte dos policiais se perpetuam na unidade. Apenas 20% (vinte por cento) deles, têm menos de 2 anos de casa o que permite uma renovação do efetivo que geralmente envelhece na unidade. O gráfico permite inferir que 20% (vinte por cento) estão acima de 6 anos de casa e 5% (cinco por cento) já possui mais de 10. O enraizamento nítido nesse batalhão tendo em vista que para entrar, é necessário a conclusão de cursos operacionais de alta de dificuldade. Esses cursos já fazem um crivo que permite que só o que há de melhor na instituição entre nesse seletivo grupo com algumas características afloradas como, retidão de conduta, resiliência e confiança.

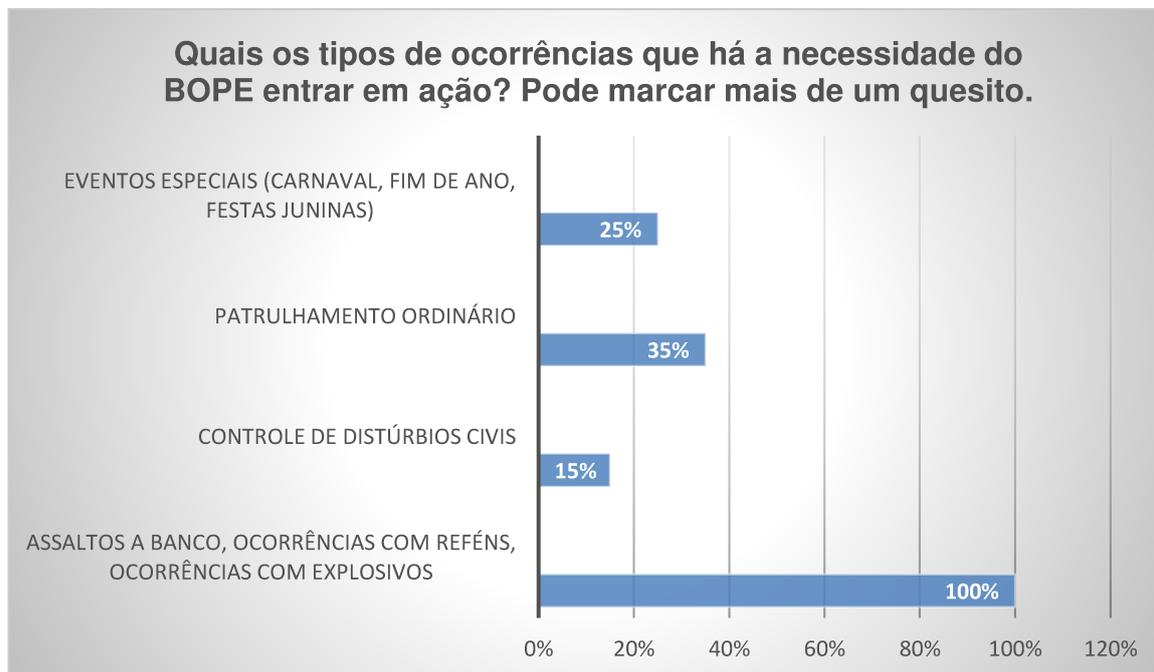
Gráfico 2 – Resposta quanto a frequência de treino dos operadores do BOPE



Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

O gráfico 2 mostra que 60% (sessenta por cento) dos operadores treinam mais de 3 vezes ao ano o que mostra a dedicação aplicada. No entanto, esses treinos são feitos sem tiro real, ou seja, são só simulações de entradas táticas que dão celeridade e tecnicidade para os policiais no momento da ocorrência. A escassez de munição para o treino de tiro dificulta a capacitação dos policiais que compensam com tiros em seco. Só que o tiro em seco não simula a realidade, mas ajuda o militar a saber como e quando atirar. Um dado interessante é que 40% (quarenta por cento) treina somente quando há curso e uma vez ao ano. Essa informação demonstra que quase metade do efetivo treina pouco e somente quando se tem cursos operacionais, pois nesses há munição para os treinos mesmo que de maneira limitada. É fato que a Polícia Militar do Maranhão não é uma instituição com recursos abundantes e sofre para manter o mínimo de materiais necessários para a execução de sua tarefa constitucional.

Gráfico 3 – Resposta quanto aos tipos de ocorrências em que o BOPE entra em ação

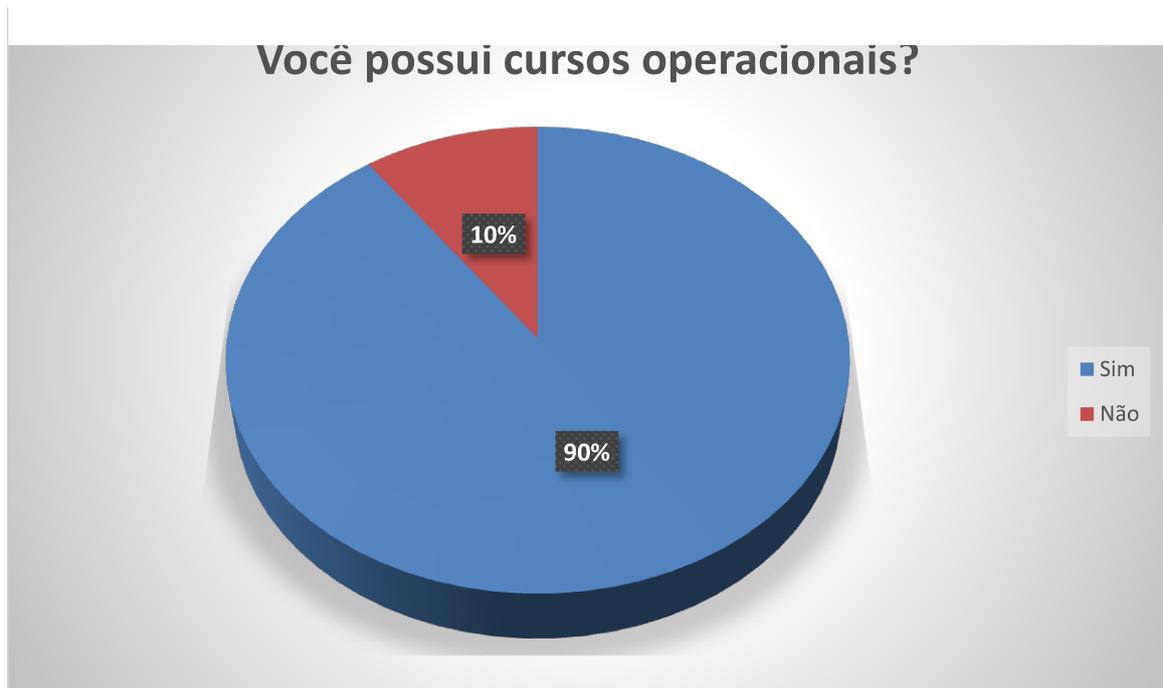


Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

A atuação do BOPE é diversificada como mostra o gráfico. O batalhão age em quase todas as atividades policiais o que não é o adequado. Patrulhamento ordinário é um modo de policiamento destinado às viaturas de área e não às tropas especiais. No entanto, ele corresponde a 35% (trinta e cinco por cento) das ações da unidade mais preparada da Polícia Militar do Maranhão. Se juntarmos, o patrulhamento ordinário com o controle de distúrbios civis já se terá 40% (quarenta por cento) de emprego do BOPE.

Os eventos especiais têm uma ressalva devido ao efetivo reduzido da instituição, logo todos são empregados. Agora o batalhão não foi criado para tal feito, mas sim para dirimir ocorrências em que nenhuma outra tropa foi capaz, é a última instância, são os assaltos a banco, ocorrências com reféns, ocorrências com explosivos. Se essa tropa especial for utilizada em ações que outra poderia resolver, seu uso está sendo subutilizado e sua seleção rigorosa de nada vale, pois ali estão aqueles que devem ser empregados em casos extremos. O elevado número de assaltos a agências bancárias no interior do estado já toma quase todo efetivo que padece para suprir a demanda.

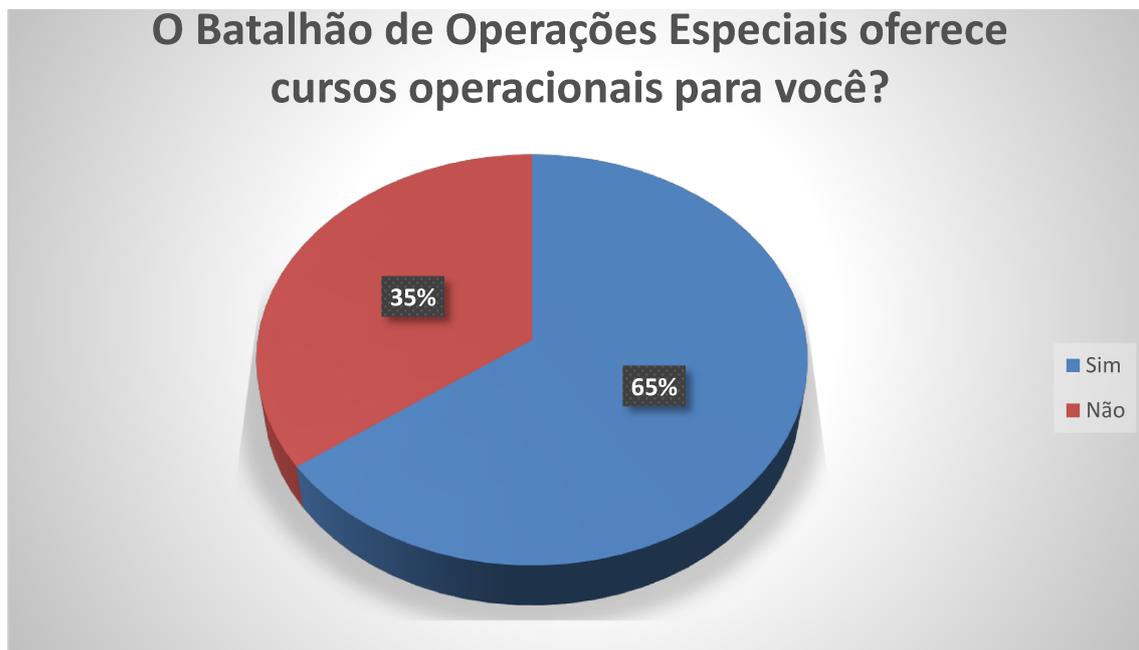
Gráfico 4 – Resposta quanto a quantidade de cursados



Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

A entrada no Batalhão de Operações Especiais é a feitura de um curso operacional de renome. O gráfico só demonstra que esse critério está sendo cumprido. Esses 10% (dez por cento) são aqueles que esperam a abertura de um curso, pois podem até entrar na unidade sem curso, porém a permanência só é assegurada com a conclusão de um curso. E não é todo ano que se tem cursos disponíveis seja pela falta de recursos, seja pela de candidatos.

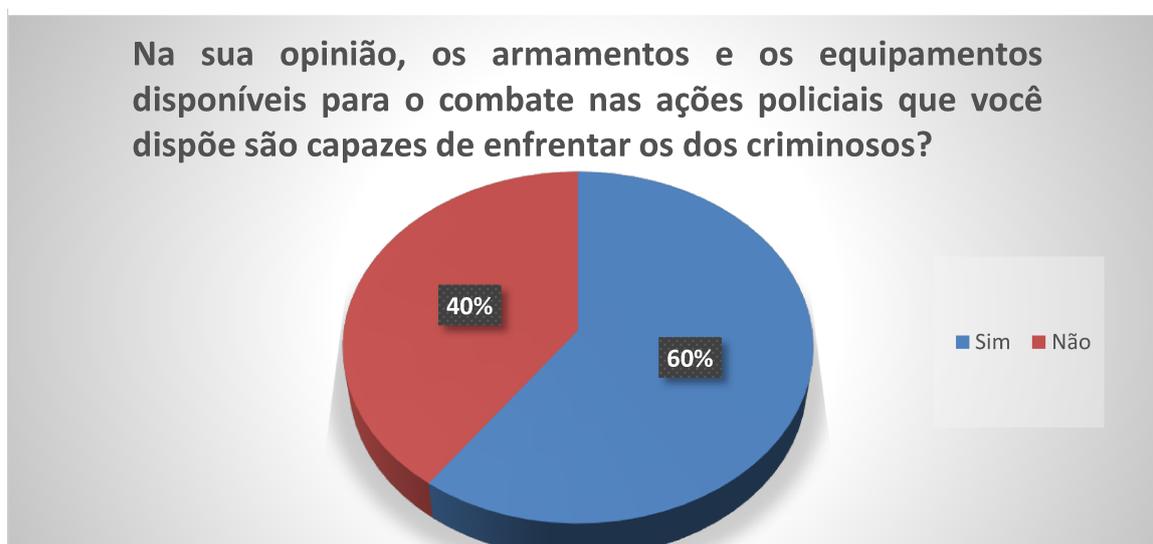
Gráfico 5 – Respostas quanto ao oferecimento de cursos operacionais pelo BOPE



Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

O BOPE oferece cursos operacionais, como mostra o gráfico com 65% (sessenta por cento) dos operadores corroborando a pergunta. Uma parcela minoritária alega que não há oferecimento de cursos. Alguns policiais reclamam da demora de abertura de cursos, o primeiro CATE ocorreu em 2009 e o último em 2017. Nesse lapso temporal não houve nenhum outro desse tipo.

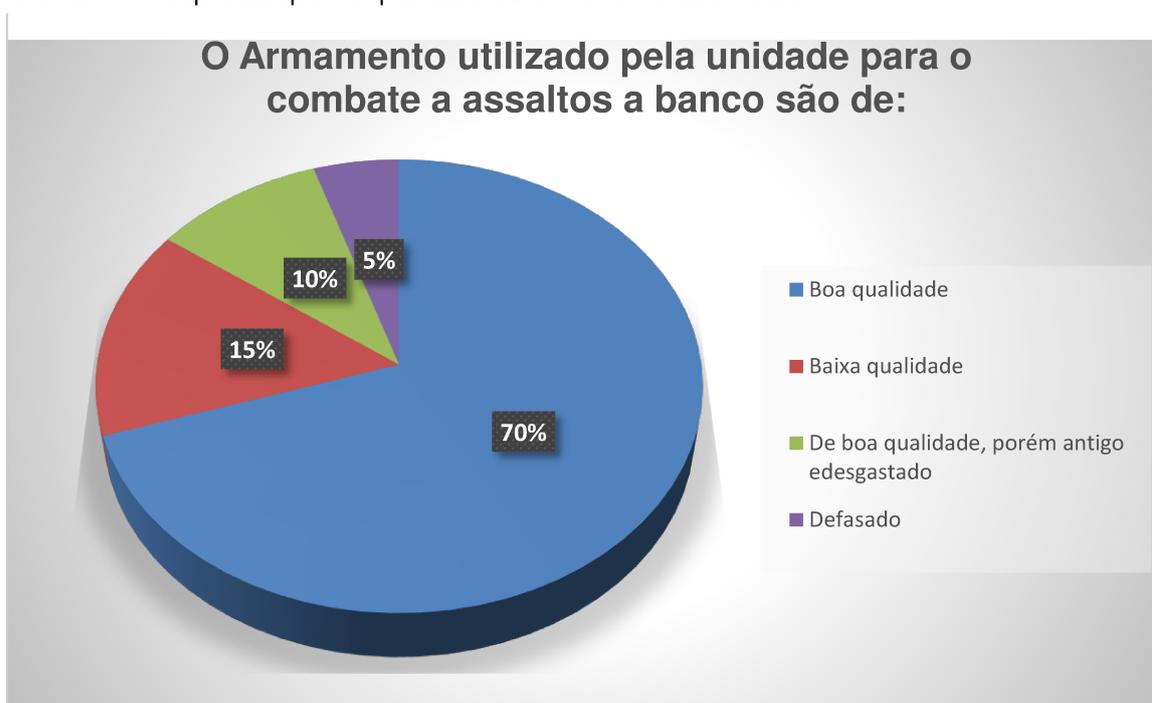
Gráfico 6 – Respostas quanto a capacidade de enfrentamento dos armamentos e equipamentos disponíveis



Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

O armamento e equipamentos disponíveis no BOPE para o combate dos criminosos são capazes de neutralizá-los de acordo com os operadores, 60% (sessenta por cento) deles acredita que sim. No entanto, 40% (quarenta por cento), uma parcela considerável, acha que o armamento utilizado pela tropa especial não é apropriado para o combate aos criminosos. Essa parcela menor já percebe a necessidade de melhoria do material de segurança. A polícia atua sempre conforme a ação dos delinquentes e daquilo que eles usam para confrontá-la, é apenas uma reação. Na verdade, deveria antecipar-se, atualizar seu armamento a fim de estar na vanguarda do embate, com os armamentos e materiais súperos.

Gráfico 7 – Respostas quanto qualidade do armamento da unidade

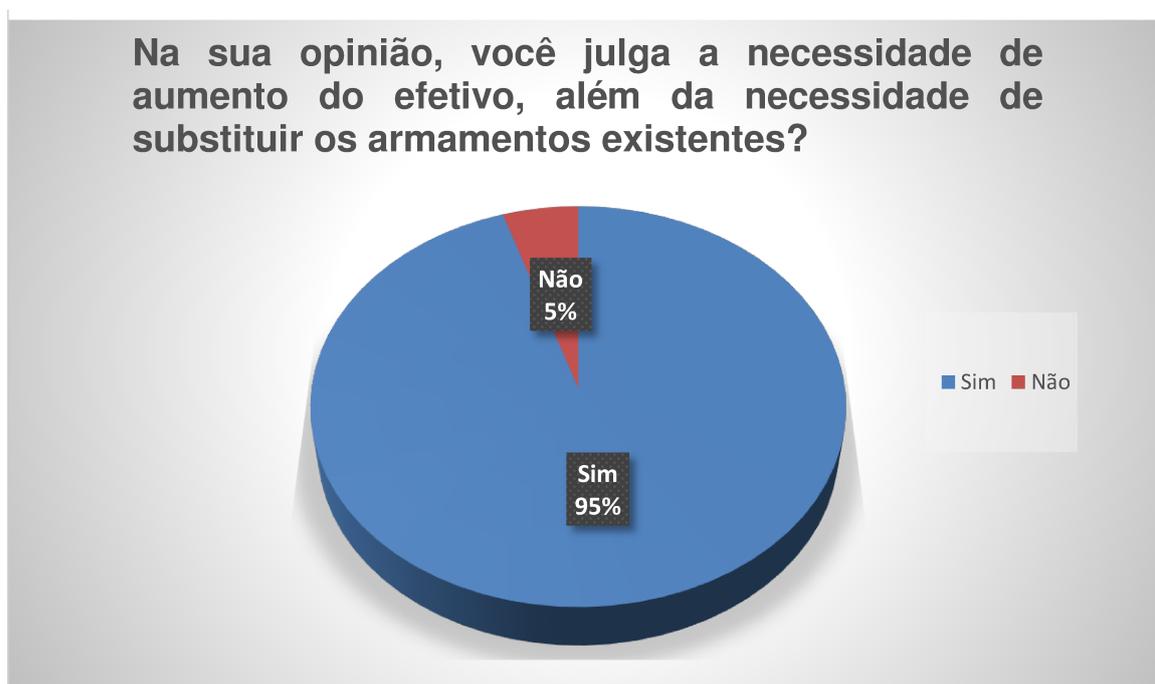


Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Ao falar em qualidade de armamento, 70% (setenta por cento) dos entrevistados disseram que são de boa qualidade. O fato de serem de boa qualidade não quer dizer que sejam os melhores disponíveis ou que não precisem de renovação. Os fuzis usados pela tropa especial são os já tarimbados, FAL(MD964) e Parafal (MD964 A1), ambos fabricados pela IMBEL (Indústria de Material Bélico do Brasil), porém de autoria belga. São da década de 50 o que, em parte, não os desmerecem, contudo já existem armas mais atuais.

Outro quesito, é que esses fuzis da PMMA já estão desgastados pelo uso contínuo, como demonstrado pelos 10% (dez por cento) dos policiais. Um quantitativo de 30% (trinta por cento) não acha que o armamento seja de boa qualidade, ou seja, apesar de ser um número inferior ao da maioria não pode ser descartado.

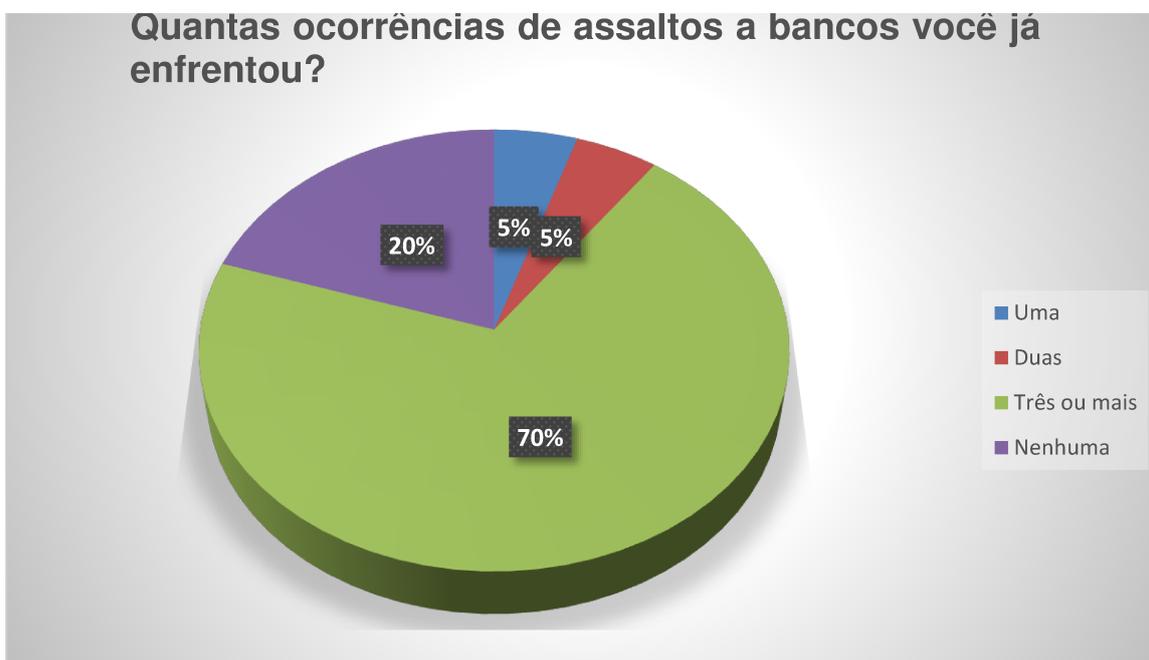
Gráfico 8– Resposta quanto a necessidade de aumento de efetivo e substituição de armamentos



Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

A esmagadora porção de 95% (noventa e cinco por cento) entende que é necessário o aumento do efetivo juntamente com a substituição dos armamentos existentes. Dessa forma, nota-se a ineficiência do aparato de segurança diante da atual conjuntura. Uma parcela ínfima, 5% (cinco por cento), não enxerga que seja crucial a troca dos armamentos.

Gráfico 9 – Respostas quanto ao número de assaltos a banco enfrentados pelos colaboradores



Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

O esboço exhibe que mais da metade dos policiais, 70% (setenta por cento), já se deparam com três ou mais de ocorrências envolvendo assaltos a bancos. Isso salienta a enorme experiência que eles têm. Uma outra indagação faz-se pertinente, o alteroso número de assaltos no interior do estado que aumenta a possibilidade de confrontos com a polícia o que é ratificado pelo gráfico. Apenas uma irrisória parcela dos operadores, 20% (vinte por cento) não teve contato com as ocorrências de assalto a bancos o que pode ser por não ter curso operacional concluso.

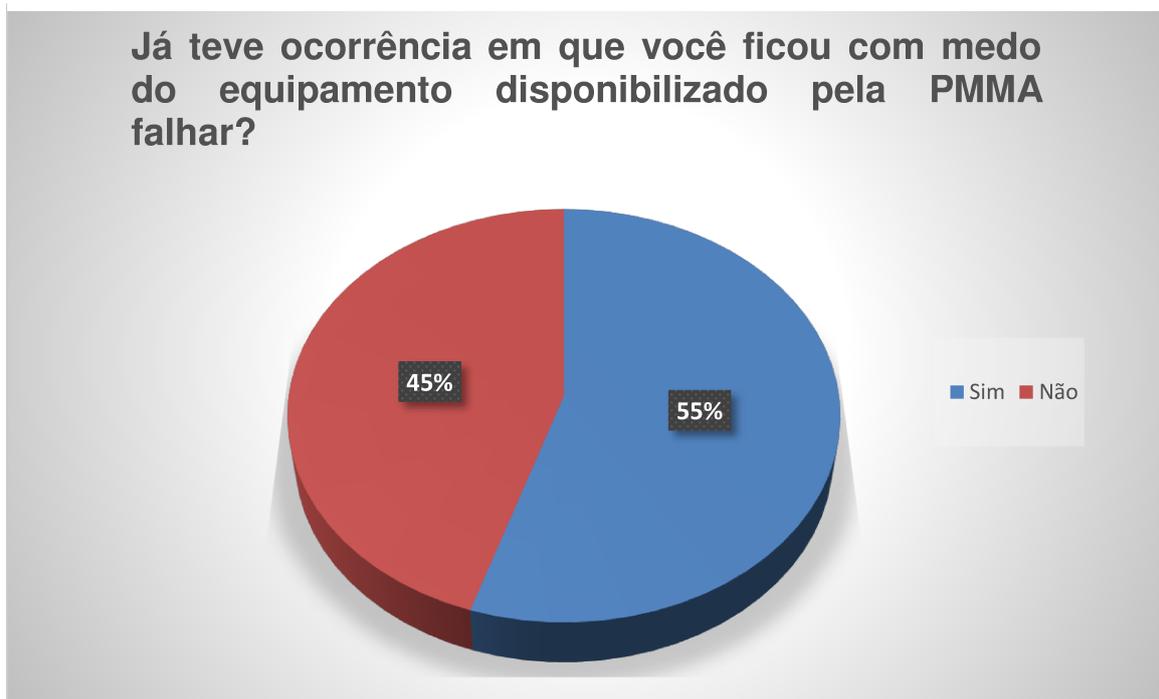
Gráfico 10 – Respostas quanto a falha do armamento em ocorrências



Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

A falha do armamento corresponde a 60% (sessenta por cento) dos entrevistados o que denota a não confiabilidade do armamento disponível. O desgaste natural das peças e a não reposição delas pode ser um outro fator que contribua para falha. A manutenção dos armamentos assegura em parte o porquê de 40% (quarenta por cento) dos policiais não terem problemas relacionados a falhas. O fato é que a maioria já teve contratempos com o armamento num momento de mais precisão tornando inevitável, no mínimo, a proposição de um novo armamento.

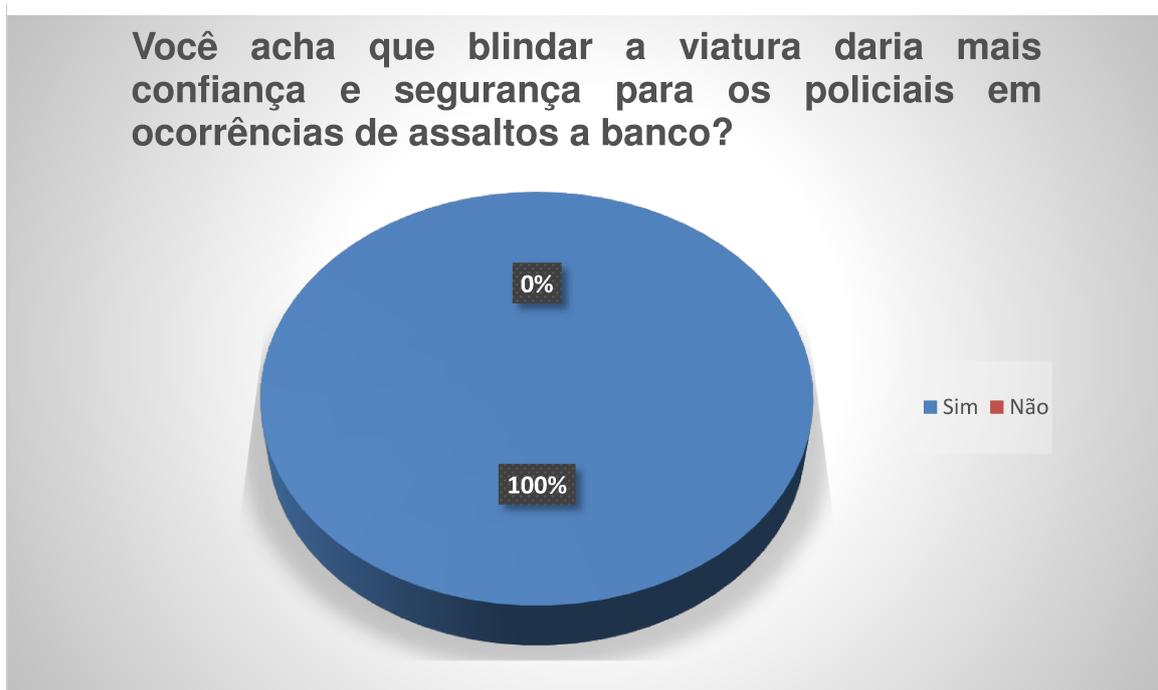
Gráfico 11 – Respostas quanto ao medo de falha do armamento utilizado pela PMMA



Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

O medo de falha também é expressado pela maioria dos entrevistados assim como no gráfico anterior em que a falha concretizou-se em 60% (sessenta por cento) das ocorrências. Apesar da diferença ser pequena entre aqueles que têm ou não medo de falhas do armamento, ela não pode ser pormenorizada tendo em vista que há uma supremacia daqueles tementes, 55% (cinquenta e cinco por cento) contra 45% (quarenta e cinco por cento) dos que não temem a falhas.

Gráfico 12 – Respostas quanto a confiança e segurança no caso de ter viaturas blindadas



Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

É unânime as opiniões dos colaboradores do BOPE quando se trata de blindagem de viaturas. Uma segurança a mais é vista com bons olhos pelos policiais que veem a viatura como um cone da morte. Os alvos mais vulneráveis são, quase sempre, o motorista e o comandante, pois estão nos assentos dianteiros. Logo, uma viatura blindada seria um abrigo excelente para o militar.

7 CONCLUSÃO

Diante das constantes mudanças no ambiente organizacional, do desenvolvimento da criminalidade, do fluxo rápido de informações por meio da sociedade, os gestores dos órgãos de Segurança Pública sentiram a necessidade de buscar novas ferramentas que os auxiliassem na obtenção de excelência em seus processos, para alcançar os objetivos nas suas ações preventivas e ostensivas. O que tornou cada vez mais importante o hábito de planejar e controlar o sistema punitivo, para que assim houvesse qualidade e eficácia.

É de extrema importância e urgência que o governo equipe as tropas especiais materiais condizentes ao armamento dos criminosos, pois a vida de um ser humano não é mensurável mesmo sabendo que o custo para implantação do projeto seja elevado. Abruptamente é sabido que não há possibilidade devido à crise instalada no país.

A pesquisa mostra que os policiais do BOPE querem que sejam feitas mudanças, atualizações dos instrumentos de trabalho a fim de garantir mais segurança e mais êxitos em combate aos assaltantes de banco.

A conscientização da sociedade por meio de propagandas explicitando os motivos pelos quais é necessária a blindagem das viaturas e aquisição de melhores armamentos. Essa divulgação deverá ser feita pela Secretaria de Segurança Pública ou pela Polícia Militar do Estado do Maranhão por meio do PM/5. Este é o departamento de publicidade da instituição.

Atualmente, devido aos acontecimentos que envolvem inúmeros casos de policiais mortos no país, faz-se necessário de imediato, o pronunciamento das forças de segurança pública para que haja uma atenção e um investimento maciço voltado para equipar as polícias atuantes. Isso propiciaria segurança a muitos policiais que trabalham na frente de combate, uma vez que, seriam poupados se suas viaturas fossem blindadas. Essa providência por parte do Estado tornaria os policiais mais motivados por estarem equipados de forma adequada para a guerra das ruas. Afinal, o Estado tem o dever de protegê-los da violência dos fora da lei.

Desse modo, se houver o investimento voltado para a blindagem das viaturas, muitas vidas seriam salvas, além de haver uma diminuição nos custos de atendimento médico, cirurgias e tratamentos. De imediato, esse seria o modo que o Estado tem para oferecer segurança aos seus profissionais.

REFERÊNCIAS

- ALESSI, G. A ameaça fatal das armas que disparam sozinhas no Brasil e nos EUA. **El País**, São Paulo, 26 de abril de 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/04/23/politica/1524496451_378897.html. Acesso em: 01 dez. 2019.
- AMBAR, L. A. P. Treinamento de operações urbanas. *In*: JALONETSKY, A. Quer saber o que é o COE numa frase? Junte o Exército, Marinha e Força Aérea numa única unidade e você terá ideia de quem são esses caras. **Último Segundo - iG**, atualizado em 21 de fevereiro de 2018. Disponível em: <https://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2017-02-09/batalhao-choque-coe>. Acesso em: 15 mar. 2019.
- AMORIM, C. **O fuzil IA2**: A opinião do especialista. Resenha de: MERLO, R. V. Imbel IA2, o sucessor do velho guerreiro. 19 de abril de 2012. Disponível em: <https://carlosamorim.com/2012/04/19/o-fuzil-ia2-a-opiniao-do-especialista/>. Acesso em: 01 dez. 2019.
- ANDRIGHETTO, F. Oficial explica por que o Brasil não usa o fuzil AK-47; ouça. **Folha de São Paulo**, Livraria da folha, 25 de fevereiro de 2011. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/livrariadafolha/881291-oficial-explica-por-que-o-brasil-nao-usa-o-fuzil-ak-47-ouca.shtml>. Acesso em: 01 dez. 2019.
- ANDRADE, C. **BOPE nas ruas**. Maranhão: SSP/ ASCOM, 21 de novembro de 2017.
- AQUINO, J. P. D. Performances do crime: componentes dramáticos e teatrais dos grandes roubos no Brasil. *In*: BARREIRA, C.; ARANA, R. G.; ROSERO, L. F. T. **Violencia política y conflictos sociales en América Latina**. Bogotá: Universidad del Norte; CLACSO, 2013. p. 243-264.
- ARAÚJO, I. Polícia procura bando que explodiu banco e fuzilou sede da PM. **O Estado**, 7 de setembro de 2018. Disponível em: <https://imirante.com/oestadoma/noticias/2018/09/07/policia-procura-bando-que-explodiu-banco-e-fuzilou-sede-da-pm/>. Acesso em: 25 out. 2019.
- ARMAS de guerra. **Military Power Rewiew**, 2020. Disponível em: <http://www.militarypower.com.br/armas.htm>. Acesso em: 25 out. 2019.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE BLINDAGEM (ABRABLIN). **Conheça os diferentes níveis de blindagem**. Brasília: ABRABLIN, 2017. Disponível em: <http://abrablin.com.br/conheca-os-diferentes-niveis-de-blindagem/>. Acesso em: 13 dez. 2019.
- BENITES, A. Apenas 1,6% das armas apreendidas em São Paulo são de grosso calibre. **El País**, São Paulo, 10 de novembro de 2014. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2014/01/10/politica/1389392833_252593.html. Acesso em: 13 dez. 2019.

BOCCATO, V. R. C. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. **Revista de Odontologia da Universidade Cidade São Paulo**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 88.777, de 30 de setembro de 1983**. Aprova o regulamento para as polícias militares e corpos de bombeiros militares (R-200). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-88777-30-setembro-1983-438564-normaatualizada-pe.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2020.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 3.665, de 20 de novembro de 2000**. Dá nova redação ao Regulamento para a Fiscalização de Produtos Controlados (R-105). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3665.htm. Acesso em: 18 dez. 2019.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. **Boletim do Exército 47/2001**. Brasília - DF, 23 de novembro de 2001.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Portaria normativa nº 620 /MD, de 4 de maio de 2006**. Dispõe sobre a importação de produtos controlados e dá outras providências. Disponível em: <https://www.diariodasleis.com.br/busca/exibelink.php?numlink=1-80-32-2006-05-04-620>. Acesso em: 15 set. 2019.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 12.598, de 21 de março de 2012**. Estabelece normas especiais para as compras, as contratações e o desenvolvimento de produtos e de sistemas de defesa; altera a Lei no 12.249, de 11 de junho de 2010; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12598.htm. Acesso em: 20 dez. 2019.

BRASIL. Senado Federal. **Estatuto de Desarmamento**: Lei no 10.826, de 22 de dezembro de 2003. Decreto no 5.123, de 1o de julho de 2004. Quadro comparativo. 4. ed. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2013. 53p.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. 496p.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 9.493, de 5 de setembro de 2018**. Aprova o Regulamento para a Fiscalização de Produtos Controlados. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9493.htm. Acesso em: 15 set. 2019.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. **Portaria nº 94 - COLOG, de 16 de agosto de 2019**. Dispõe sobre o exercício de atividades com veículos automotores blindados, blindagens balísticas e o Sistema de Controle de Veículos Automotores Blindados e Blindagens Balísticas. Brasília: EB, 2019a. 31p. Disponível em: <http://www.dfpc.eb.mil.br/images/Portaria94.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2019.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 10.030, de 30 de setembro de 2019**. Aprova o Regulamento de Produtos Controlados. Brasília, 2019b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D10030.htm. Acesso em: 20 dez. 2019.

BRASIL. Ministério da Defesa. Portaria n. 1.880, de 12 de novembro de 2019. Altera dispositivos das Normas Reguladoras dos procedimentos administrativos relativos ao comércio exterior de Produtos Controlados pelo Exército (PCE) no âmbito do Sistema de Fiscalização de Produtos Controlados (EB10-N- 03.002), aprovadas pela Portaria do Comandante do Exército nº 1.729, de 29 de outubro de 2019. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 225, p. 19, 21 nov. 2019c.

BRITO, W. F.; FERREIRA, F. B. **Assalto a instituições financeiras, o novo cangaço**. 2018. Disponível em: https://acervodigital.ssp.go.gov.br/pmgo/bitstream/123456789/1260/1/978727994-1889_Welton_Fernandes_Brito_Dep%C3%B3sito_final_13447_1780544613.pdf. Acesso em: 20 dez. 2019.

CARNEIRO, G. H. V. **O emprego do fuzil nas operações em ambientes urbanos e a importância do fator de decisão 'considerações civis' na escolha do calibre**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares) - Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, Rio de Janeiro, 2019.

CAVALCANTI, T. L. G. **A força tarefa de regimento de carros de combate na fase do investimento a uma localidade**. 2018. Artigo Científico (Especialização em Ciências Militares) - Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, 2018.

CEARÁ. Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social. **Polícia Militar do Ceará recebe 134 novos fuzis norte-americanos**. Ceará: SSPDS, 6 dez. 2018. Disponível em: <https://www.sspds.ce.gov.br/2018/12/06/policia-militar-do-ceara-recebe-134-novos-fuzis-norte-americanos/>. Acesso em: 14 jul. 2019.

CENTRO DE INSTRUÇÃO DE OPERAÇÕES ESPECIAIS (CIOPESP). **Histórico da OM**. Atualizado em 5 de julho de 2017. Disponível em: <http://www.ciopesp.eb.mil.br/historico-ciopesp.html>. Acesso em: 20 dez. 2019.

CONHEÇA os níveis de blindagem automotiva. **Tribuna do norte**, 4 de março de 2017. Disponível em: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/conhea-a-os-na-veis-de-blindagem-automotiva/373345>. Acesso em: 14 jul. 2019.

CONTESINI, L. Como é estar dentro de um Mercedes baleado mais de 10 vezes por um AK- 47. **FlatOut!** 13 nov. 2014. Disponível em: <https://www.flatout.com.br/como-e-estar-dentro-de-um-mercedes-baleado-mais-de-10-vezes-por-um-ak-47/>. Acesso em: 17 jun. 2017.

CORASSA, R. Blindagem do carro sai por R\$ 45 mil. **G1**, 2 de julho de 2008. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Carros/0,,MUL176161-9658,00-BLINDAGEM+DO+CARRO+SAI+POR+R+MIL.html>. Acesso em: 20 dez. 2019.

COSTA, C. A. V. **“Novo Cangaço” no Pará: a regionalização dos assaltos e seus fatores de incidência.** 2016. Dissertação (Mestrado em Segurança Pública) - Universidade Federal do Pará, 2016.

DENÉCÉ, É. **A História Secreta das Forças Especiais:** de 1939 a nossos dias. São Paulo: Larousse do Brasil, 2009. 448 p.

DESMONTE do Cosar pode ter favorecido assalto em Bacabal. **Atual7**, 2019. Disponível em: <https://atual7.com/tudo-sobre/cosar/>. Acesso em: 3 fev. 2020.

DYBAL, N. Norwegian Army Heckler & Koch HK416N with na Aimpoint CompM4 red dot sight and a vertical foregrip In: HK416. WIKIPÉDIA: the free encyclopedia. Editado em 12 de janeiro de 2020. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/HK416>. Acesso em: 2 mar. 2020.

DUNNIGAN, J. F. **Ações de Comandos:** operações especiais, comando e o futuro da arte da guerra norte-americana. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Brasileiro, 2008.

ESPECIALIZADOS no combate a assaltos a banco. **O Imparcial**, São Luís, 01 de setembro de 2016. Disponível em: <https://oimparcial.com.br/cidades/2016/09/especializados-no-combate-a-assaltos-a-banco/>. Acesso em: 15 mar. 2019.

FERREIRA, N. M. J. **História do BOPE.** São Luís, MA, 2020.

FRAZÃO, F. O Bope em ação: ideal claro, vínculos fortes e trabalho em equipe movem o pelotão de elite. In: MARINO, C. As lições dos policiais de elite para os profissionais. Revista Exame, São Paulo, 8 de abril de 2013. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/carreira/das-ruas-para-o-escritorio/>. Acesso em: 13 out. 2019.

FUZIS importados, veículo blindado e até drones serão utilizados no combate à criminalidade no ES. **Folha Vitória**, fevereiro de 2018. Disponível em: <https://www.folhavitoria.com.br/geral/noticia/02/2018/fuzis-importados--veiculo-blindado-e-ate-drones-serao-utilizados-no-combate-a-criminalidade-no-es>. Acesso em: 22 abr. 2019.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HECKLER & Koch HK416: Assault rifle. **Military Today**. Disponível em: http://www.military-today.com/firearms/hk_416.htm. Acesso em: 15 mar. 2019.

HENRIQUE, A. Conheça a nova viatura blindada da PM paulista que segura bala de fuzil. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 25 nov. 2019. Disponível em: <https://agora.folha.uol.com.br/sao-paulo/2019/11/conheca-a-nova-viatura-blindada-da-pm-paulista-que-segura-bala-de-fuzil.shtml>. Acesso em: 15 mar. 2019.

A HISTÓRIA da blindagem no Brasil e no mundo. Avallon Blindagens, 19 de dezembro de 2018. Disponível em:

<https://www.avallonblindagens.com.br/pt/noticias/a-historia-da-blindagem-no-brasil-e-no-mundo/>. Acesso em: 22 abr. 2019.

JORGE, B. W. G. A. Resenha de: DENÉCÉ, É. *A História Secreta das Forças Especiais: de 1939 a nossos dias*. São Paulo: Larousse do Brasil, 2009. **Revista Brasileira de Inteligência**. Brasília: Abin, n. 7, p. 103-107, jul. 2012.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos da metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LIMA, K. T. L.; OLIVEIRA, I. **História dos grupos de Operações especiais e a importância dessas unidades na Polícia Militar de Goiás**. Disponível em: https://acervodigital.ssp.go.gov.br/pmgo/bitstream/123456789/2025/1/971621392-2598_Klauss_Tarik_Linhares_de_Lima_TCC_reda%C3%A7%C3%A3o_final_13447_1794809499.pdf. Acesso em: 15 mar. 2019.

LITOVKIN, N. Versões obscuras da lendária AK-47 são fabricadas mundo afora; veja fotos. **Russia Beyond**, 18 jan. 2019. Disponível em: <https://br.rbth.com/ciencia/81753-versoes-obscuras-ak-47>. Acesso em: 22 abr. 2019.

LOBATO, E. A biografia de uma arma. **Isto É**, n. 2153, 16 fev. 2011. Disponível em: https://istoe.com.br/123736_A+BIOGRAFIA+DE+UMA+ARMA/. Acesso em: 13 set. 2019.

MAIK, R. Fuzis brasileiros: o inimigo agora é outro. **Blitz Digital**, 1 de dezembro de 2016. Disponível em: <https://blitzdigital.com.br/tec-menu/fuzis-brasileiros-o-inimigo-agora-e-outro/>. Acesso em: 22 abr. 2019.

MARANHÃO. Secretaria de Estado de Segurança Pública. Normas gerais de ação do Grupo Tático Aéreo- NGA/GTA. **Diário Oficial do Estado do Maranhão**, ano 105, n. 168, 30 de agosto de 2011. 16p.

MARANHÃO. Secretaria de Transparência e Controle. **Lei ordinária nº 10.669, de 29 de agosto de 2017**. Dispõe sobre a criação e transformação de Organização Policial Militar (OPM) da Polícia Militar e dá outras providências. Maranhão: STC, 2017a.

MARANHÃO. Secretaria de Estado de Segurança Pública. **Edital nº 001/2017-SSP/MA. Processo seletivo simplificado**. Maranhão: SSP, 2017b. Disponível em: <https://www.ssp.ma.gov.br/wp-content/uploads/2017/05/processo-seletivo-001-2017-ssp-ma.pdf>. Acesso em: 13 set. 2019.

MARANHÃO. Secretaria de Estado de Segurança Pública. **Secretário de segurança e o Comandante geral da PM participam da formatura do CATE no Comando Geral**. Maranhão: SSP, 2017c. Disponível em: <https://www.ssp.ma.gov.br/secretario-de-seguranca-e-o-comandante-geral-da-pm-participam-da-formatura-do-cate-no-comando-geral/>. Acesso em: 13 set. 2019.

MARANHÃO. Polícia Militar. Comando Geral. **Boletim Geral nº 122**, São Luís- MA, 02 de julho de 2019. 16p.

MENDES, E. S. P. **Justificativa para a escolha da arma**. São Luís: PMMA, 2018.

MICHEL, M. H. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 2005.

MISSEL, I. M.; GOMES JUNIOR, C. A. O. **Batalhão de operações especiais: historiografia do surgimento do BOPE**. 2018. Disponível em: https://acervodigital.ssp.go.gov.br/pmgo/bitstream/123456789/1815/1/978703168-350_Israel_Magalh%C3%A3es_Missel_Deposito_Final_13447_1355844204.pdf. Acesso em:

NAVARRO, J. A. B. Los apoyos de fuego en combate en población. **Revista Ejercito**, año LXXII, n. 847, p. 84-91, oct. 2011.

NOVA arma do exército americano pode ter reconhecimento facial. **Zap**, 7 de junho de 2019. Disponível em: <https://zap.aeiou.pt/arma-exercito-reconhecimento-facial-261025>. Acesso em: 13 out. 2019.

ÓRGÃOS Estaduais da Segurança Pública do Rio de Janeiro receberão novas pistolas Glock .40. **DEFESATV**, 10 de setembro de 2019. Disponível em: <https://www.defesa.tv.br/orgaos-estaduais-da-seguranca-publica-do-rio-de-janeiro-receberao-novas-pistolas-glock-40/>. Acesso em: 14 dez. 2019.

PACHECO, T. Da Polícia Especial até o BOPE e a CORE: as polícias do Rio de Janeiro e o desenvolvimento de suas unidades de elite. **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, Rio de Janeiro, n. 3, p. 118-131, nov. 2013.

PEREZ, L. O que você precisa saber para adquirir um blindado. Sabe como escolher uma blindadora? Então é hora de aprender que existe até documentação especial. **Protecta**, 29 de outubro de 2015. Disponível em: <https://www.protecta.net.br/news/blindar-carros/>. Acesso em: 13 out. 2019.

PINHEIRO NETO, A. **A competência essencial do BOPE**: uma análise exploratória. 2013. Dissertação (Mestrado em Administração) - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, 2013.

POLICIAIS do Bope/MA iniciam treinamento prático. **O Estado**, Maranhão, 7 de janeiro de 2014. Disponível em: <https://imirante.com/maranhao/noticias/2014/02/07/policiais-do-bope-ma-iniciam-treinamento-pratico.shtml>. Acesso em: 14 dez. 2019.

POLICIAIS se surpreendem com a quantidade e qualidade das armas usadas por criminosos do AM. **Acrítica**, 29 de agosto de 2014. Disponível em: <https://www.acritica.com/channels/cotidiano/news/policiais-se-surpreendem-com-a-quantidade-e-qualidade-das-armas-usadas-por-criminosos-do-am>. Acesso em: 01 dez. 2019.

RAKSHA, V. Desenvolvedor revela particularidade inédita do novo fuzil de assalto AK-12. *In*: RUSSIA inventa método de duplicar vida útil das armas ligeiras. **Sputnik Brasil**, 27 de maio de 2019. Disponível em:

<https://br.sputniknews.com/defesa/2019052713957487-russia-inventa-metodo-duplicar-vida-util-armas-ligeiras/>. Acesso em: 30 ago. 2019.

REIS, N. O treinamento especial formou 15 oficiais para integrar equipe de combate aéreo do Estado. *In*: MARANHÃO. Governo do Estado. Agência de notícias. **Centro Tático Aéreo do Maranhão encerra treinamento da 10ª turma do Curso de Operações**. 7 de outubro de 2016. Disponível em: <https://www.ma.gov.br/agenciadenoticias/?p=152028>. Acesso em: 13 set. 2019.

RIO DE JANEIRO. Polícia Militar do Estado. **BOPE forma seus novos caveiras**. 10 de novembro de 2017. Disponível em: <https://sepm.rj.gov.br/2017/11/bope-forma-seus-novos-caveiras/>. Acesso em: 14 dez. 2019.

ROSA, G. O rei do morro. **Galileu**, 2010. Disponível em: <http://revistagalileu.globo.com/Revista/Common/0,,EMI198275-17773,00-O+REI+DO+MORRO.html>. Acesso em: 25 mar. 2019.

SAIBA quanto custa reparo de vidro blindado. **O Estadão**, São Paulo, 25 de maio de 2016. Seção Jornal do Carro. Disponível em: <https://jornaldocarro.estadao.com.br/carros/saiba-quanto-custa-reparo-de-vidro-blindado/>. Acesso em: 22 nov. 2019.

SANTOS, W. Armamento policial. **Força Policial**, 22 de fevereiro de 2011. Disponível em: <https://forcapolicial.wordpress.com/armamento-policial/>. Acesso em: 2 fev. 2020.

SANTOS JÚNIOR, A. M. **As diferenças entre as munições 7,62x39mm e 5,56x45mm: no emprego em conflitos assimétricos**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Militares) - Academia Militar das Agulhas Negras, Resende- RJ, 2018.

SÃO PAULO. Portal do Governo. **Viaturas blindadas e 7.992 novas armas reforçam o trabalho das polícias em SP**. 01 de julho de 2015. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.gov.br/ultimas-noticias/viaturas-blindadas-e-7-992-novas-armas-reforcam-o-trabalho-das-policias-em-sp-1/>. Acesso em: 25 mar. 2019.

SILVA, A. A. **Operações helitransportadas**: análise das armas e equipamentos utilizados no tiro embarcado pelo CTA/MA. 2018. Monografia (Graduação em Curso de Formação de Oficiais) – Universidade Estadual do Maranhão, 2018.

SILVA, F. M.; MARTINS, G. M. Estudo teórico de blindagens para projéteis calibre 7,62 mm. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia de Materiais) – Universidade do Vale do Paraíba, 2013.

SODRÉ, Ronaldo Barros. O novo cangaço no Maranhão. **Confins**, v. 37, p. 1-9, 2018.

SOLDADOS russos receberão novos fuzis AK-12 e AK-15. **Russian Beyond**, 01 de fevereiro de 2018. Disponível em: <https://br.rbth.com/ciencia/79843-soldados-russos-receberao-novos-fuzis>. Acesso em: 25 mar. 2019.

SOUSA, S. Blindagem de Carros: materiais para o seu carro blindado. **Hyperscience**, 19 de dezembro de 2009. Disponível em: <https://hyperscience.com/25614-blindagem-carros-carro-blindado/>. Acesso em: 14 maio 2019.

SSP diz que ordem para assalto em Bacabal veio de fora do Brasil. **G1 MA**, 27 de novembro de 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2018/11/27/ssp-diz-que-ordem-para-assalto-em-bacabal-veio-de-fora-do-brasil.ghtml>. Acesso em: 25 mar. 2019.

STOCHERO, T. Empresa italiana vence licitação internacional e venderá 300 fuzis de assalto à PM de SP, **G1 SP**, São Paulo, 12 de setembro de 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/09/12/empresa-italiana-vence-licitacao-internacional-e-vendera-300-fuzis-de-assalto-a-pm-de-sp.ghtml>. Acesso em: 3 dez. 2019.

TAVARES, C. E. S. Roubo a bancos: a situação do Rio Grande do Sul. **Cadernos ANP**, Brasília, n. 7, 2012. 69p.

TEIXEIRA, P. Armas que travam e munições que explodem: policiais do RJ contam como lidam com equipamentos sucateados. **G1 Rio**, Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/armas-que-travam-e-municoes-que-explodem-policiais-do-rj-contam-como-lidam-com-equipamentos-sucateados.ghtml>. Acesso em: 3 dez. 2019.

TRINDADE, C. L. G.; MOURA NUNES, N. Empowerment e tropa de elite (BOPE): contribuição para uma equipe de alto desempenho. **Administração & Ciências Contábeis**, n. 6, ago./dez. 2011.

VELASCO REIS, V. (Org.). **Fazenda Pública em juízo**: reflexões críticas. São Paulo: Ágora, 2019.

VEJA áreas de atuação na PM em São Paulo. **Folha Dirigida**, atualizado em 2 de outubro de 2017. Disponível em: <https://folhadirigida.com.br/noticias/tema/pm-sp/veja-areas-de-atuacao-na-pm-de-sao-paulo-1>. Acesso em: 3 dez. 2019.

VISCONTI, G. B. A eficiência dos fuzis de assalto 7,62mm e 5,56mm no tiro rápido diurno no contexto dos combates urbanos. **Revista Agulhas Negras**, Resende, ano 2, n. 2, p. 72-79, jan./dez. 2018.

VYATKIN, V. Mikhail Kalashnikov. In: INVENTOR do fuzil AK-47 morre na Rússia aos 94 anos. UOL Notícias, 23 de dezembro de 2013. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2013/12/23/morreu-na-russia-o-inventor-do-ak-47-imprensa.htm#fotoNav=9>. Acesso em: 15 mar. 2019.

WERNECK, W. S. Quando as Policiais Vestem Preto: discursos e representações de gênero no Batalhão de Operações Especiais - BOPE RJ. 2017. Trabalho de conclusão do curso (Especialização em Políticas Públicas de Justiça Criminal e Segurança Pública) - Universidade Federal Fluminense, 2017.

ZANINI, M. T. *et al.* Os elementos de coordenação informal em uma unidade policial de operações especiais. **Revista de Administração contemporânea**, v.17, n.1, p.106-125, 2013.

APÊNDICE A- Questionário aplicado aos operadores do BOPE/MA

ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA MILITAR DO MARANHÃO
DIRETORIA DE ENSINO
ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR GONÇALVES DIAS
CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS

Caro operador,

Como acadêmico do Curso de Formação de Oficiais da PMMA, estou fazendo um estudo a respeito do BOPE com o tema: APARATO DE SEGURANÇA DO BOPE - PMMA: análise da necessidade de melhoria em relação as ocorrências de assaltos a banco. O questionário tem o intuito de fomentar meu trabalho com informações fidedignas de quem realmente conhece o BOPE.

1) A quanto tempo você atua no BOPE?

- () Menos de 2 anos
- () De 2 a 5 anos
- () 6 a 10 anos
- () Mais 10 de anos

2) Com que frequência você treina para entrar em ocorrências?

- () Uma vez ao ano
- () Duas vezes ao ano
- () Três ou mais vezes ao ano
- () Somente quando há cursos de reciclagem ou nivelamento

3) Quais os tipos de ocorrências que há necessidade do BOPE entrar em ação? Pode marcar mais de um quesito.

- () Assaltos a banco, ocorrências com reféns, ocorrências com explosivos
- () Controle de distúrbios civis
- () Patrulhamento ordinário
- () Eventos especiais (carnaval, fim de ano, festas juninas)

4) Você possui cursos operacionais? Se SIM, quais?**5) O Batalhão oferece cursos operacionais para vocês? Se SIM, Quais?**

6) Na sua opinião, os armamentos e os equipamentos disponíveis para o combate nas ações policiais que vocês dispõem são capazes de enfrentar os dos criminosos?

- () SIM
- () NÃO

7) O Armamento utilizado pela unidade para o combate a assaltos a banco são de:

- () Boa qualidade
- () Baixa qualidade
- () De boa qualidade, porém antigo e desgastado
- () Defasado

motivo: _____

8) Na sua opinião, você julga a necessidade de aumento do efetivo, além da necessidade de substituir os armamentos existentes?

- () SIM
- () NÃO

9) Quantas ocorrências de assaltos a bancos você já enfrentou?

- () Uma
- () Duas
- () Três ou mais
- () Nenhuma

10) O armamento já falhou em alguma ocorrência?

- () SIM
- () NÃO

11) Já teve ocorrência em que você ficou com medo do equipamento disponibilizado pela PMMA falhar?

- () SIM
- () NÃO

12) Você acha que blindar a viatura daria mais confiança e segurança para os policiais em ocorrências de assaltos a banco?

- () SIM
- () NÃO